

Simpósio Arquitetura e Engenharia Social

Construindo Cidadania e Oportunidades



27 de abril de 2009

Vitória, ES

Realização



SÍNTESE DAS ATIVIDADES DO
SIMPÓSIO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA SOCIAL
CONSTRUINDO CIDADANIA E OPORTUNIDADES

REALIZADO PELO CREA-ES EM 27/04/09

SUMÁRIO

Apresentação	07
Abertura	11
Palestras	19
O Governo do Estado do Espírito Santo e o Programa Nossa Casa.	
Palestrante: Eduardo Loureiro Calhau, Subsecretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação	21
A indústria da Construção Civil e o Programa Minha Casa, Minha Vida.	
Palestrante: Aristóteles Passos Costa Neto, Presidente do Sinduscon-ES	27
A Operacionalização do Projeto Minha Casa, Minha Vida.	
Palestrante: Carlos Guimarães, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica	33
Programa Habitar Vitória, Uma Moradia Digna.	
Palestrante: Sérgio de Sá Freitas, Secretário Municipal de Habitação da Prefeitura de Vitória	41
Plenária	47
Encerramento	55



APRESENTAÇÃO



O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) realizou, no dia 27 de abril de 2009, o Simpósio de Arquitetura e Engenharia Social - Construindo Cidadania e Oportunidades.

Dentro de nosso projeto coletivo, a concepção e a realização do vitorioso evento transcorreram em harmonia com os princípios estabelecidos no Planejamento Estratégico do Conselho, macrodocumento que norteia nossas atividades e que aponta, com ênfase contundente, para a nossa crescente participação em questões ligadas à nossa característica de instituição cidadã, consciente de suas responsabilidades sociais.

Tendo então esse escopo como paradigma, torna-se natural que o Crea-ES chame a si, por intermédio de seu Presidente, seus Diretores, seus Conselheiros, entidades de classe, instituições de ensino e colaboradores, e envolvendo atores dos mais credenciados, nas esferas do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, seu papel de agente catalisador de debates essenciais à população do Estado e do País, entre os quais a discussão do direito à moradia pontifica como tema dos mais importantes na construção da cidadania para todos e na geração de emprego e renda para nossos profissionais.

O alto nível das palestras e do debate verificado no transcurso do Simpósio de Arquitetura e Engenharia Social - Construindo Cidadania e Oportunidades tornou necessária a produção, para que permaneça como testemunho histórico e fonte de pesquisa, desta publicação que contém, sintetizados mas preservados na coloquialidade, no calor e na espontaneidade, características essenciais dos eventos do gênero, os importantes e esclarecedores pronunciamentos ali verificados.

Boa leitura.

Eng. Civil e de Seg. do Trab. **Luis Fiorotti**
Presidente do Crea-ES

ABERTURA



Simpósio Arquitetura e Engenharia Social – Construindo Cidadania e Oportunidades.

Uma realização do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES).

Composição da Mesa: Presidente do Crea-ES, Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti; Prefeito Municipal da Serra, Sérgio Vidigal; Deputado Estadual Paulo Roberto Ferreira; Subsecretário de Estado de Saneamento e Habitação, Eduardo Cahau; Secretário Municipal de Desenvolvimento e Habitação de Cariacica, Ricardo Vereza, representando o Prefeito Helder Salomão; Presidente do Sinduscon-ES, Aristóteles Passos Costa Neto; Vereador de Vitória Reinaldo Bolão, representando a Câmara Municipal; Representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, no Estado do Espírito Santo, e Presidente de Honra do Movimento, Maria Clara da Silva; Secretário Municipal de Habitação da Serra, José Luiz Barone.

Após o Hino Nacional, o presidente do Crea-ES faz sua saudação inicial.

Luis Fiorotti: Bom dia a todos, bom dia a todas. Bom dia às autoridades e lideranças presentes. Uma saudação especial a todos os nossos profissionais aqui presentes, grande maioria Arquitetos e Arquitetas. Sejam bem-vindos. Nossas entidades de classe, nossas entidades empresariais, coordenadores de câmaras especializadas do Crea, inspetores, conselheiros, diretoria do Crea, ex-Presidentes, colaboradores. Há muito, estamos nessa caminhada para melhores dias para os nossos cidadãos capixabas, especialmente aqueles que estão e estavam abaixo da linha de pobreza, resgatando um pouco de cidadania, resgatando oportunidades e, sobretudo, fazendo com que nossos conhecimentos adquiridos em nossas universidades, faculdades, se entrelaçassem, efetivamente, com o conhecimento popular do movimento social organizado. Hoje, muitos de nós, que atuamos dentro das universidades, nas entidades de classe, nas entidades empresariais, e também atuamos no movimento social organizado, no movimento sindical e popular, temos a satisfação de estar compondo a estrutura orgânica do Estado brasileiro nas suas mais diversas esferas, seja nos executivos municipais, nos legislativos municipais, no Legislativo estadual, no Executivo estadual e também no Executivo Federal. Agradecemos ao nosso Prefeito Sérgio Vidigal, pela presença, e de toda a sua equipe. Inclusive, contamos com três secretários municipais: o Barone, nossa amiga Ana Márcia Eller e o nosso Arildo Cassaro. Então, sejam bem-vindos.

Mestre-de-Cerimônias: Ouviremos agora a saudação da Dona Maria Clara da Silva, representando aqui neste ato o Movimento Nacional de Luta pela Moradia

Maria Clara: Nossa luta vai continuar na organização da sociedade, na organização das periferias. E gostaria de deixar pra vocês aqui um recado. Por favor: na periferia tem língua de todas as espécies. Tem gente de todo jeito. E somos nós essa gente. E gostaria de vocês que estejam com paciência com a gente. Prefeitos, Governador, secretários, os nossos companheiros que vão

estar o dia-a-dia nas prefeituras. Tenham paciência. Deixem-nos falar, deixem-nos dar o palpite como queremos morar, como podemos morar, como podemos ajudar e, às vezes, em algum momento, vocês vão entender, estão nos atrapalhando. Deixa o povo se empoderar, porque é esse povo que muitos anos viveu longe do poder e está longe do poder porque o poder não se divide com ninguém enquanto a consciência não bater e dizer assim: não, o povo é o senhor da história. Quem faz a história é o povo. É o povo que constrói, é o povo que consome, é o povo que paga tudo. Povo que constrói, povo que quer ser feliz, povo que quer ter vida. E é isso que nós esperamos. Doutor Caiado, o senhor que ficou com a gente, sabe como a gente luta na questão da habitação. A gente é teimoso, mas a gente sabe por que é que é teimoso. Porque é a gente é que mora lá onde não tem água, não tem luz, não tem ônibus, lá não tem estrada. Eu estou com a maior glória do mundo! Porque hoje nós temos habitação pra todo mundo. O presidente da República nos deu essa alegria. O Governo foi o primeiro que criou aqui no Estado a política de habitação. Ele criou, agora falta uma coisa, falta uma coisa que eu não deixo de cobrar: o Conselho da Cidade ainda não foi formado. E o controle social vai passar por esse Conselho, porque é ali que nós do povo podemos falar.



Maria Clara da Silva

Mestre-de-cerimônias: Obrigado, Dona Maria Clara. Ouviremos, nesse momento a saudação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Cariacica, Ricardo Vereza.

Ricardo Vereza: Bom dia a todos. Prazer estar nesse evento de suma importância, um evento muito oportuno, e aí eu saúdo o presidente do Crea, do qual sou Engenheiro, sou da categoria, por estar captando momentos importantes em nossa cidade, reunindo a representação federal, representação estadual, os municípios, a categoria da arquitetura e engenharia, além do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Olha, que momento importante, com vistas à execução do Programa de Engenharia e Arquitetura Social com os programas que já estão colocados pelo Governo no dia-a-dia, programa do nosso Estado, Nossa Casa, programa do Governo Lula, Minha Casa, Minha Vida, construindo então cidadania e oportunidades. É muito bom estar nesse momento aqui, juntando essas experiências, essas vontades. Com a disponibilidade dos recursos, poderemos então estar viabilizando habitações com qualidade. O povo precisa de casa, mas precisa de casa com qualidade, casa com ventilação, casa com iluminação, agora casa até com aquecedor solar, conforme programa do Governo Federal. E aí, a área da arquitetura e da engenharia muito pode ajudar. Cariacica quer avançar nessa área. Conversei com o Presidente Fiorotti. Precisamos de



Ricardo Vereza

apoio para montar uma equipe para que possamos, então, implantar a arquitetura e a engenharia social para, além de atuarmos nos programas oficiais, também atuar no dia-a-dia da nossa cidade, que a cidade cresce, a construção acontece nos mutirões nos finais de semana. E é importante, então, essa categoria estar atuando também nos municípios. A iniciativa que a Serra vai tomar através do Prefeito Vidigal é de suma importância. Precisamos avançar para que o profissional esteja à disposição da população mais carente e aí possa conquistar moradia com qualidade. Parabéns, então, Prefeito Sérgio Vidigal, pela iniciativa. Parabéns à presença do Estado aqui, que quer avançar com o programa Nossa Casa. Parabéns pelos secretários de Habitação, que estão na mesa, e os demais que estão aqui na plenária. É isso, vamos construir, então, essa nova realidade. O Brasil dando esse passo. Um milhão de moradias e o Estado também quer construir muito mais do que isso. Parabéns! Cariacica está feliz de estar presente e quer absorver bastante os avanços desse debate de hoje, que é uma cidade que precisa e tem uma carência habitacional muito grande. Parabéns a todos que estão presentes.

Mestre-de-cerimônias: Ouviremos agora a saudação do Vereador de Vitória Reinaldo Bolão, representando aqui a Câmara Municipal de Vitória.

Reinaldo Bolão: Eu queria dar um bom dia a todos e a todas, cumprimentar aqui o presidente Fiorotti. Eu quero parabenizar o Crea, porque o tema é muito importante. A partir do momento que o nosso presidente Lula coloca como meta a construção de um milhão de casas e no Espírito Santo dezesseis mil casas, distribuídos, principalmente, com os municípios da Grande Vitória, o tema é importantíssimo. Nós, na Câmara Municipal de Vitória, Sérgio Vidigal, já aprovamos, e o Prefeito João Coser já sancionou o Projeto de Engenharia e Arquitetura Social. Está assinando aqui um convênio. Esse convênio é muito importante com relação à população mais carente. Juntamente com a Maria Clara, estamos vindo do Movimento Popular, e sabemos das necessidades mais básicas da população. Nós andamos esses morros de Vitória e sabemos o quanto a população precisa de uma moradia. O projeto é importante porque abrange não só a questão com relação à orientação da construção das casas, mas também a questão da ocupação desordenada que está vem sendo feita. Então, ele é importantíssimo, um tema importantíssimo. O poder emana do povo e para o povo, como disse a Maria Clara. E quando a população escolhe bem nós temos a certeza que o homem público tem a responsabilidade de estar trabalhando para o povo e nós estamos percebendo isso, principalmente na Grande Vitória, da responsabilidade desses homens públicos para com o povo. Quem ganha com isso é a população, porque também ninguém está fazendo favor nenhum. É o dinheiro do contribuinte, é o imposto que o povo paga, que está aí retornando melhorias para a população. Nós temos a certeza que as faculdades, juntamente com o Crea, estarão trabalhando para trazer essa melhoria



Vereador Reinaldo Bolão

para a população. Como o Fiorotti colocou, estamos aqui hoje fazendo uma audiência pública em Vitória, justamente para tratar desse tema, um tema importantíssimo para a cidade de Vitória. E eu quero aqui reforçar o convite. Às cinco e meia (17h30) nós estaremos na Câmara para debater esse tema. A Serra está saindo na frente e nós estaremos em Vitória trabalhando para que o projeto também seja implantado no município de Vitória. Muito obrigado. Parabéns a todos.

Mestre-de-Cerimônias: Nesse momento, convidamos, para o uso da palavra, o Deputado Estadual Paulo Roberto.

Deputado Paulo Roberto: Bom dia a todos aqui presentes. Reinaldo acho que já falou. Parabenizar o Crea pela iniciativa. Acho que é importantíssimo para esse programa sair do papel, chegar na ponta, que é aquilo que a Maria Clara falou aqui. O cidadão ter a casinha dele para morar precisa que as pessoas, os poderes públicos, sejam pró-ativos. A Prefeitura da Serra está saindo na frente com esse programa Serra, Minha Casa. Porque eu já fui Vereador lá em São Mateus e já fui vice-Prefeito. Eu cuidei lá da implantação 105 casas, num convênio com a Caixa Econômica. Eu acho que o homem público, se quiser ajudar bastante nesse programa do Governo Federal, tem que fazer como o Prefeito Vidigal fez na Serra: sair na frente, desburocratizando, tirando as amarras, reduzindo ou cancelando ITBI, enfim, uma série de tributos que vai dificultando a execução do projeto. O poder público vai dar uma grande contribuição para aquilo que o presidente Lula lançou, da meta de um milhão de casas para consolidar até o final do de 2010. A outra dificuldade: a questão de terrenos. Não é fácil. A maioria das prefeituras não tem área. Quando tem área, há dificuldade para regularizar. Eu quero comunicar à sociedade do Espírito Santo que nós estamos também com um projeto pronto para ser apresentado na Assembléia Legislativa, criando o Programa Estadual de Engenharia e Arquitetura Social, a forma que tem o Governo do Estado de estar colaborando. A Prefeitura de Vitória tem uma quantidade de recursos, tem até facilidade para investir na área desses programas, na área social, mas tem município pequeno que não tem dinheiro sequer para contratar um Engenheiro ou um Arquiteto. E é aí que eu acho que o Governo do Estado pode estar entrando com uma contrapartida nesses programas municipais, para que esses programas possam chegar a todos os 78 municípios do Estado do Espírito Santo. Muito obrigado.



Deputado Paulo Roberto

Mestre-de-Cerimônias: Neste momento, será feita a assinatura do convênio que celebram o Crea-ES e o Município da Serra, para desenvolvimento do Programa de Engenharia e Arquitetura Pública Social. Assina o Prefeito da Serra, Sérgio Vidigal. Assinam também o Presidente do Crea, Luis Fiorotti, e o Secretário de Habitação do Município da Serra, José Luiz Barone. Assinam como testemunha deste convênio o Deputado Estadual Paulo Roberto; a senhora Maria Clara da Silva, representando aqui o Movimento

Nacional de Luta pela Moradia; e a Secretária de Desenvolvimento Urbano da Serra, Ana Márcia Eller. Feita a assinatura do convênio, ouviremos agora a saudação do Prefeito da Serra, Sérgio Vidigal.

Sérgio Vidigal: Bom dia. Quero dar meu bom dia aqui aos Engenheiros, Arquitetos, secretários municipais, secretários adjuntos, servidores de diversas prefeituras aqui presentes, servidores do Governo do Estado, do Governo Federal. Quero iniciar aqui a minha saudação pelo nosso presidente do Crea, a quem eu tenho uma grande estima. Todos nós estamos muito atrasados ainda, até porque esse processo de urbanização do Brasil ocorreu basicamente na década de 70. Até a década de 60, o Brasil era um país rural. De 70 em diante, passamos a ser um país urbano. A Serra também não é diferente. Em 1970, nós tínhamos 17 mil habitantes no município. E éramos uma cidade rural: 60% moravam na área rural e 40% na área urbana. Isso: em pouco menos de 40 anos, o município da Serra pulou de 17 mil para 410 mil habitantes. É um crescimento excepcional, desordenado. Não só a Serra cresceu de forma desordenada na sua área urbana. Acredito que a grande maioria dos municípios do país cresceu sem planejamento adequado. Não adianta ficar aguardando o Governo Federal fazer ação, ou o Governo do Estado, se não houver uma ação conjunta com os gover-



Prefeito Sérgio Vidigal

nos municipais. A partir da aprovação do Estatuto da Cidade, os municípios passaram a ter um instrumento real para começar esse processo de regularização fundiária. Como é que você faz regularização fundiária numa área que é de preservação ambiental? Um área, de repente, que foi ocupada de forma desordenada. Esse é um desafio que precisa também muito da participação do Ministério Público, nesse momento, porque as prefeituras ficam muito limitadas. Na Região Metropolitana da Grande Vitória, os municípios vizinhos cresceram por falta de espaço da capital, foram sendo ocupados os municípios do entorno. Não podemos deixar de dar os nossos créditos ao presidente Lula, por essa iniciativa nesse momento importante da nossa economia, porque vivemos uma crise econômica e a culpa não é dos municípios, a culpa não é dos estados, a culpa não é do Governo Federal. É uma crise. Digo que vivemos uma globalização da economia. E o presidente Lula, numa ação muito importante, muito interessante, lança esse programa de um milhão de casas populares. Esse programa resolve dois problemas.

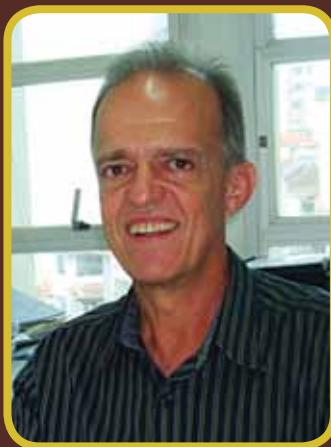
Primeiro, que é o do desemprego, porque quem mais emprega nesse país e emprega rapidamente é a indústria da construção civil. Segundo, atende uma demanda que está reprimida, que é a demanda da moradia. Setenta e cinco por cento da população, das famílias da Serra, têm uma renda menor que três salários mínimos. Nós precisamos agora correr para ver se conseguimos absorver a maior parte dos investimentos desse programa destinados para o município da Serra. E, por essa razão, nós encaminhamos à Câmara da Serra um Projeto de Lei criando uma série de incentivos. Tomo uma iniciativa de dar alguns incentivos a todas as faixas salariais, mas um incentivo maior, de zero a três salários mínimos. Um incentivo onde a Câmara me autoriza a comprar até 50 mil metros quadrados de área ou a doar, se nós tivermos, para esse empreendimento. Incentivo de isenção de ITBI, isenção de ISS, isenção durante quatro anos do IPTU para o futuro morador, dessa nova casa, dessa nova moradia. Não justifica construir casas

populares onde você não tem escola, não tem posto de saúde, não tem creche, não tem transporte coletivo, não tem nenhuma infraestrutura. Então, é preciso que construa no entorno e para isso nós tomamos essa iniciativa porque o setor privado não vai construir casa popular de R\$ 37 a R\$ 40 mil, se tiver que adquirir a área, se tiver que fazer a infraestrutura. O município tomou essa iniciativa de forma a atrair os empreendedores para construir casas populares dessa faixa. O cidadão quer continuar vivendo onde ele nasceu, onde ele construiu sua família, onde ele vai à igreja com sua família. Onde o marido vai tomar a cervejinha no final de semana, no bar, vai jogar seu futebol. Eu quero, aqui, com muita felicidade, dizer que essa parceria é uma de tantas outras que estaremos fazendo. Estamos na fase final da construção do nosso PDM da Serra, onde o Crea participa ativamente do processo. Queremos ter realmente uma cidade desenvolvida, uma cidade bonita, com uma arquitetura bonita, urbanisticamente bem-distribuída, e para isso precisamos da parceria do Crea e de outras instituições. Eu quero agradecer a oportunidade, parabenizar o Presidente por esse Simpósio, por mais esse evento. É um momento importante de participarmos dos grandes debates. Eu tenho dito que eu sou médico, mas como segunda profissão que gostaria de ser Arquiteto. Eu acho que é uma profissão fantástica. O médico faz acupuntura no corpo, não é? O Arquiteto faz acupuntura urbana. Eu quero aqui parabenizar cada um de vocês. Um bom trabalho. ▲



PALESTRAS

O Governo do Estado do Espírito Santo e o Programa Nossa Casa



Palestrante

Eduardo Loureiro Calhau

Subsecretário de Estado de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

Mestre-de-cerimônias: Em seguida, o primeiro bloco de palestras: “Construindo Oportunidades”.

Anunciamos e agradecemos a participação do Secretário de Habitação de Vitória, Sérgio de Sá Freitas, também um dos nossos palestrantes do dia de hoje. Para dar início ao nosso primeiro bloco de palestras, convidamos, para compor a Mesa, o presidente do Crea Espírito Santo, o Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti. Convidar, também, o nosso palestrante Eduardo Loureiro Calhau, Subsecretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que estará falando do Governo do Estado do Espírito Santo e do Programa Nossa Casa. E o palestrante Doutor Aristóteles Passos Costa Neto, Presidente do Sinduscon-ES, que estará falando da indústria da construção civil e do programa Minha casa, Minha vida.

Luis Fiorotti: É com esse espírito tranquilo, sereno que nós trazemos aqui o nosso Deputado Paulo Roberto, exatamente para fazermos esse debate e construirmos os caminhos rumo ao fortalecimento do programa do Governo Federal, esse importantíssimo programa do Governo Estadual e esses importantíssimos programas dos governos municipais. E o Crea apenas fomenta o debate, na medida em que envolve os profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, envolve a sociedade civil organizada, para fazer com que gere grandes oportunidades de trabalho para as nossas empresas vinculadas ao sistema Confea-Crea, filiadas ao Crea-ES, e também gere emprego e oportunidade para os nossos profissionais, rebatendo, por consequência, em toda a sociedade capixaba, postos de trabalho, geração de emprego e renda. Então, é com esse espírito que nós promovemos e articulamos esses debates, que são de fundamental importância para a nossa cidadania e, sobretudo, inclusão social.

Mestre-de-cerimônias: Convidamos agora o Subsecretário de Estado de Saneamento e Habitação, Eduardo Loureiro Calhau, que estará falando do tema “O Governo do Estado do Espírito Santo e o programa “Nossa Casa”. Por favor.

Eduardo Calhau: Em primeiro lugar, quero dizer que o nosso Secretário Paulo Ruy não pôde estar presente porque foi convocado pelo Governador para estar em Alfredo Chaves. Temos hoje uma grande dificuldade das prefeituras que é não poder fazer habitação, em função do saneamento, em função da urbanização. Essa é um grande problema que a gente tem encontrado hoje na própria Secretaria, a capacidade. Então, nós temos lá a área de Saneamento, Habitação e Melhoramentos Urbanos, ou seja, desenvolver a infraestrutura necessária para que se possa fazer. Eu coloquei aqui uma foto de Vitória, possivelmente do final do Século XIX. Então, a cidade era parte ocupada dos morros. Então, a gente vê que as transformações são relativamente rápidas demais. A gente pensa na urbanização. Se a gente imaginar que Vitória tinha pouco mais de 10 mil habitantes, e era dessa forma daí, quantos municípios capixabas têm esse tamanho? Eu fico pensando assim: será que a gente não tem que fazer projeto de urbanização? Então, nós temos também o nosso plano de desenvolvimento. Buscando esse futuro com desenvolvimento sustentável, o Governo do Estado fez o Espírito Santo 2025. E, nesses eixos, nós temos aqui quatro eixos, a redução da pobreza, da saúde, a rede de cidades e o meio am-

biente. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano interage exatamente dentro desses eixos aqui, contribuindo com a redução da pobreza, redução do déficit habitacional. Na área da saúde, com investimentos. Na área de saneamento básico, que é hoje um grande investimento. Na rede de cidades e serviços. Estamos tentando fazer uma interlocução entre as cidades, de maneira que as atratividades de todos os municípios sejam regionalizadas e a Região Metropolitana não fique só como atratividade única, onde as pessoas vêm aqui buscar as melhores condições, ou seja, que você possa ter cidades-pólo, cidades-âncora pelo Estado inteiro, e essa atratividade seja distribuída no Estado. No meio ambiente, a mesma contribuição. Nós temos aqui o Espírito Santo sem lixo. Esse é um problema sério para as prefeituras e para os prefeitos também. A maioria tem dificuldade em fazer a destinação adequada e, não fazendo, está infringindo leis federais. O Ministério Público tem feito notificações preventivas. Então, é um desafio muito grande. Só que, normalmente, os sistemas são caros. Nós estamos operacionalizando o projeto, partindo do princípio de que a Região Metropolitana já está resolvida. Nós temos uma Região Norte, que pega de Nova Venécia para cima. Os municípios de São Mateus e Nova Venécia para cima; Doce-Oeste, que está centralizada em Colatina; a Sul-Serrana, que pega de Cachoeiro para a região do Caparaó; e a Litoral-Sul. Então, nós vamos fazer uma modelagem, Esses consórcios já estão prontos. Dos 60 municípios, 58 já têm Projeto de Lei aprovado em câmaras municipais. Eles vão começar a ser implantados efetivamente agora. Nós terminamos o processo de licitação da empresa que vai elaborar os projetos. Isso vai ser feito numa modelagem, que essa empresa vai fazer os projetos executivos, com todo licenciamento ambiental, e vai ser feita uma concessão pública de prestação de serviço por 25, 30 anos. Então, você tem uma garantia de execução durante esses 25 anos, de uma empresa prestadora de serviço, legalmente feita, legalmente com a concorrência pública, com a formação desses consórcios. Por que a formação de consórcio? Porque nós temos muito município com baixa quantidade de resíduos. Então, só daria viabilidade econômica você juntando em consórcio. E o Governo do Estado nos aterros sanitários, nos quatro aterros sanitários, e aí o município vai pagar somente o custo operacional. Então, isso baixa muito o custo do resíduo da destinação do resíduo urbano. Esse é um projeto de vanguarda. Nós colocamos o Estado do Espírito Santo a ser o primeiro Estado brasileiro a ter 100% do lixo coletado e destinado adequadamente. No saneamento, nós temos aí um R\$ 1 bilhão de investimento em água e esgoto, comparado, por exemplo. São Paulo está fazendo R\$ 1,6 bilhão. Isso é gigantesco para o Estado do Espírito Santo. Alguns reservatórios em fase de construção, de Araçás e Pedreiras, são reservatórios de quatro, cinco mil metros cúbicos de capacidade total. Já estão prontos, vão começar a entrar em operação. É uma coisa também. A Secretaria criou a Lei Estadual de Saneamento Básico, que é mais ou menos um espelho da Lei Federal de Saneamento. A Assembléia tem sido parceira nas ações do Governo. A aprovação dessa lei marca, assim, o princípio do Saneamento regulamentado no Estado do Espírito Santo. Essa Lei Complementar cria a agência reguladora. Então, a agência reguladora ... (falha no áudio) ... Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e a eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade. Então, o que é que quer dizer isso daí? A agência vai regular de tal maneira que ela tenha sustentabilidade econômica e que, se por acaso, tiver lucro, esse lucro é revertido para o próprio investimento naquele mesmo serviço. Então, a tarifa não visa a gerar lucro. Hoje, todo lucro da

Cesan é destinado novamente a aplicações e recursos de saneamento dentro da própria Cesan. Quer dizer, a partir de 2003, nesse Governo, a Cesan passou a dar lucro, e todo lucro, 100% dele, foi destinado, novamente, às ações de saneamento. Hoje, o Estado tem dezenas de distritos. Dezenas não, centenas, pequenas localidades, chegam a milhares. Essas pequenas comunidades às vezes ficam com dificuldades, assim, de ter o saneamento adequado. Então, tem o Fundo de Combate à Pobreza, que é o recurso de dois por cento do ICMS de cigarro e bebidas, que é destinado a esse Fundo. E 20% é destinado ao saneamento. Então, temos aqui... São trinta municípios atendidos com esse Fundo... Que dá, mais ou menos, R\$ 4,5 milhões de investimento nessa área de pequenas localidades, que é atender a pequenos distritos e localidades. As outras pequenas localidades são atendidas com o orçamento do Executivo estadual, Funasa e o próprio Fundo de Desestatização da Vale do Rio Doce. E no desenvolvimento urbano, que é outro papel da Secretaria também, ou seja, atuar no desenvolvimento das cidades. Então, a gente tem atuado muito em cidades menores. Esses convênios estão focados nas obras de pavimentação, urbanização, como Guarapari. Vamos citar aqui Guarapari, a parte de urbanização lá da orla de Guarapari está sendo feita pelo Governo do Estado, está terminando a obra agora, está ficando bonita a obra lá em Guarapari. Praia do Riacho já foi feita, Setiba que já foi feita. Estamos fazendo um plano-piloto lá para Alto Caxixe, que é uma pequena comunidade que está crescendo ao longo de uma rodovia, uma estradazinha pavimentada, que não tem um planejamento, ou seja, estamos fazendo ali exatamente um projeto de desenvolvimento sustentável e equilibrado para aquela região. Estabelecer até um PDM de uma localidade ali, que seria de um PDM, de uma zona urbana descontínua naquela localidade, mas criar um PDM com características daquela região ali, ou seja, criar uma zona urbana com características rurais para que a ocupação possa ser feita de forma equilibrada. Então, esse é um projeto que a gente está desenvolvendo para o município de Venda Nova. E aqui são obras que estão sendo feitas pelo Governo do Estado. Cariacica, Guriri, que foi bastante pavimentado lá, praticamente todas as áreas. Colatina, Água Doce do Norte, Guaçuí, Itapemirim, Governador Lindenberg, Linhares, Pancas. As praias de Guarapari, que já estão bastante adiantadas as obras de lá. Agora vamos entrar no Programa Nossa Casa aqui. A primeira meta que nós colocamos aí, do programa Nossa Casa, foi focada no estudo do IBGE, da Pinad, que mostrava que nós tínhamos aqui no Estado 11 mil habitações rústicas ou precárias, ou seja, aquelas habitações bem ruins mesmo e que merecem uma ação imediata do Governo. Então, nós focamos o déficit para atender essas famílias. Hoje, nós estamos com três mil unidades ou concluídas ou em fase de conclusão, com investimento de R\$ 53 milhões, sendo R\$ 44 milhões do Governo do Estado. Contrapartida municipal e federal, o que totalizaria em R\$ 53 milhões. E nós temos aqui, o Governo está lançando mais uma meta para este ano, três mil unidades habitacionais com recurso do Governo do Estado. Por que isso aí? Esse é um programa complementar ao Governo Federal. O programa do Governo Federal atende principalmente às cidades maiores. Então, nós vamos estar atendendo todas as cidades vão ser atingidos os municípios pequenos, que estariam eventualmente fora do programa federal, e os municípios maiores, também. Não tem problema nenhum quanto ao atendimento. Então, nós estaríamos atendendo a todos os municípios e não deixaria nenhum município fora do programa. Levaríamos habitação a todos os municípios do Estado do Espírito Santo. Nós estamos aí contratando o Plano Estadual de Habitação. Neste Plano Estadual de Habitação, vamos definir as metas. Aqui, Plano Estadual de Habitação. Vamos estabelecer as metas até

2025, e esse plano vai fazer uma pesquisa em todos os municípios não... Uma pesquisa por amostragem nos municípios capixabas na faixa de renda D e E da população e uma pesquisa qualitativa com todos os gestores municipais, de Trabalho e Habitação, ou seja, levar os projetos para dentro do Plano Estadual. Então, nós teríamos um plano, depois faríamos audiências regionais, 11 audiências regionais e uma grande audiência de consolidação desse produto aqui em Vitória, para consolidar essas audiências todas regionais; por isso, deveríamos ter um plano estadual, para poder ter um rumo, para ter planejamento e, realmente, saber o que estamos fazendo, onde estamos fazendo, e quando vamos acabar com cada problema de cada município capixaba, ou seja, ter habitação para todos os que precisam de habitação. Aqui são os municípios atendidos, que a gente está trabalhando. João Neiva, que nós fizemos intervenções, Aracruz, Apiacá, Jabaeté, que nós construímos 350 unidades habitacionais em Jabaeté. Bem, gente, é isso daí... Eu quero agradecer a participação de todos. Muito obrigado. ▲

A Indústria da Construção Civil e o Programa Minha Casa, Minha Vida.



Palestrante
Aristóteles Passos Costa Neto
Presidente do Sinduscon-ES

Mestre-de-cerimônias: Agradecemos ao Subsecretário Eduardo Calhau. Ao final do evento, faremos um debate com todos os palestrantes. Dando continuidade, então, ao nosso primeiro bloco de palestras, Construindo oportunidades, a segunda palestra é A Indústria da Construção civil e o programa Minha casa, Minha Vida”. Convidamos o presidente do Sinduscon-ES, Aristóteles Passos Costa Neto.

Aristóteles Passos: Bom dia a todos. O tema que me deram é justamente a relação da indústria da nossa construção civil, tendo em vista o pacote recém-publicado pelo Governo federal. A Medida Provisória que foi editada, foi publicada em 26 de março e, praticamente, implementada com alguma regulamentação que se fazia necessária, a partir do dia 13 de abril; portanto, nós estamos com tudo isso muito fresquinho. O que a indústria da construção pode fazer, em função desse pacote habitacional? É preciso que se diga o seguinte: esse pacote já era um grande anseio da nossa sociedade e do nosso setor. A nossa entidade maior, que é a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que reúne todos os sindicatos do Brasil, já há muito tempo vem trabalhando, junto ao Governo e ao Congresso, na formatação de um plano habitacional. Esse plano que deixou de existir no Brasil desde a extinção do BNH. Desde então, todos nós estamos trabalhando, muito, para encontrar um norte, e esse norte já estava quase surgindo, já algumas bonecas, alguns ensaios haviam sido feitos. Visitas a outros países, principalmente ao México, que tem uma grande experiência em habitação social. A política daquele país é uma referência. O nosso pacote também tem algumas contribuições do que acontece naquele país. Assim, o setor produtivo encaminhou para o Governo algumas propostas, o Governo acatou, ouviu a sociedade civil, ouviu os movimentos sociais. E nós estamos entendendo que esse pacote habitacional é muito bom, porque contemplou tudo o que se pensava, tanto nas necessidades do setor produtivo quando das necessidades da população que precisa de habitação. Essa é a nossa visão, essa é a nossa percepção. Ele é muito bom, porque ele foca baixíssima renda, baixa renda e média renda. Ele contemplou todo o espectro da população brasileira, que, de alguma forma, precisa de habitação. Ele prevê incentivos fiscais, regime especial tributário, juros diferenciados, redução de emolumentos, que é muito importante em cartórios. E subsídio explícito para quem não pode pagar pela sua habitação; portanto, esses conceitos, essas medidas, são muito importantes e foram contemplados nesse pacote. Nessa política de agilidade e vontade política, é preciso avaliar processos, é preciso avaliar prazos. O grande problema, Dona Maria Clara, é que esses prazos e esses processos que existem em todos os atores, se continuarem, esse programa não sai do chão. Por que é que eu digo isso? Porque comportamento não se muda por decreto. Um decreto, uma lei, pode impor metas, conceitos, indicadores e condições, mas é preciso que haja uma mobilização e uma sensibilização de todo mundo porque, se não houver mudança de comportamento de todos os agentes, todos os atores, esse programa vai ficar no papel. Isso nós estamos dizendo com clareza para todos os órgãos, todos os prefeitos, todos os secretários, Caixa Econômica, Governo do Estado e empresários. Os municípios terão participação importante na reavaliação dos seus processos e, principalmente, prazos para a aprovação e licenciamento dos projetos. Mas, hoje, os licenciamentos ambientais são o grande gargalo, o grande entrave de alguns projetos. Temos que estar atentos também aos terrenos. Nós que fazemos o setor produtivo e já estamos correndo atrás, como se diz, estar atento aos

terrenos que estão inflacionados, em virtude do grande aquecimento que teve nos últimos anos. Temos um problema ligado à infraestrutura. Nós nunca tivemos uma política em que a infraestrutura chegasse antes da gente. A grande verdade é que o desenvolvimento sempre chega antes da infraestrutura. Os investimentos vinham correndo atrás para poder atender às nossas necessidades. É muito normal, vocês lembram a época dos grandes conjuntos habitacionais. A Serra, principalmente, foi palco de diversos deles. Todos os conjuntos tinham que fazer e pagar sua própria infra-estrutura. Não sei se vocês sabem, o município da Serra é considerado o município com o maior índice de saneamento do Estado. É o maior. Mas, por que isso? Porque a Serra, até pouco tempo atrás, era formada por todos os conjuntos habitacionais da região e todos tinham infraestrutura. Isso então provocou um indicador fantástico no município da Serra, por conta desses investimentos. É preciso prospectar áreas. Vocês não se iludam. Os empreendimentos que vão surgir não vão surgir dentro da malha urbana. Os empreendimentos vão surgir dentro das periferias dos municípios, onde os terrenos são muito mais baratos. E, quase sempre, esses terrenos não têm a infraestrutura adequada. Então, teremos que levar água, terá que encontrar uma solução de esgoto, não necessariamente rede de esgoto, mas uma solução de esgoto individual. Nós vamos ter que levar energia, vamos ter que levar serviços urbanos. Ônibus, circulação de ônibus. Alguns serviços vão ter que ser levados. Escola, ou seja, a integração entre poder público e iniciativa privada vai ter que existir, porque esses empreendimentos vão acontecer na periferia. Periferia não é problema. Morar na periferia não é nenhum problema, não é nenhum mal. É preciso que a periferia seja bem-servida de serviços públicos e a população terá moradia digna. Só isso. Senhores, esse pacote tem como meta um milhão de habitações. Então, vamos refletir um pouquinho sobre isso. É uma meta factível? Agora é porque o presidente Lula, com muito bom senso, disse no seu lançamento: “Não tem prazo”. A idéia inicial de fazer um milhão de habitações em dois anos é muito difícil, muito ousada. Pouco provável que pudéssemos alcançar essa meta. Já que não tem um prazo de dois anos, ela é possível. Para vocês terem uma ideia, nos tempos áureos do BNH, se produziu, num ano de grande produção, 250 mil unidades no ano. Parou, caiu vertiginosamente. No ano passado, com muito dinheiro, FGTS com orçamento aprovado sem problema de recurso, poupança com dinheiro sem problema de recurso, produzimos no Brasil 130 mil unidades. E por que 130 mil unidades, se o mercado estava aquecido e todo mundo estava comprando? Por causa da burocracia do sistema. Prefeituras não aprovam no prazo ideal, licenciamento ambiental não sai, agente financeiro tem um processo criterioso, absurdo de análise de projetos. Leva muito tempo, critica ali, critica aqui. Agente financeiro às vezes impõe critérios em projetos que não dizem respeito a agente financeiro. Se conseguirmos dobrar as unidades construídas no ano passado, que foi 130 mil, para 260 mil esse ano, vamos comemorar, até porque nós estamos em maio, praticamente. A população de zero a três não está sendo atendida, há muitos anos. E por que é que não está sendo atendida? Porque nós, do setor produtivo, não conseguimos atender. Eles não têm capacidade de assumir um financiamento tradicional. Eles são um ponto fora da curva. Este mercado, esta população de zero a três, tem que ser atendida com participação expressiva do poder público e do Orçamento Geral da União. E dessa vez isso foi entendido; portanto, vai existir dinheiro a fundo perdido para subsidiar habitação de zero a três. Importante: a pessoa que vai ganhar um salário mínimo ou que vai ganhar três salários mínimos vai poder comprar a mesma casa. A mesma casa. O mesmo tipo de casa, só que vão pagar valores diferentes,

porque o subsídio para um vai ser bem maior do que o outro. Mas a habitação vai ser a mesma. E nós vamos fazer o quê, nesse processo? Nós vamos prestar serviço, vamos construir para o município, construir para o Fundo de Arrendamento Residencial, construir para o Governo, a custos bastante enxutos. De três a 10 salários mínimos, é um mercado que nós dominamos, que nós damos conta. Nós temos capacidade para produzir muitas habitações, para atender de três a 10, até mesmo comprando terrenos baratos, porque vamos ter incentivos fiscais, com redução de impostos municipais, que vão reduzir o custo, regime especial tributário com os impostos fiscais reduzidos, emolumentos de cartórios reduzidos, IPI reduzido e materiais de construção. Tudo isso vai contribuir para a redução de custos. E mais: nós estamos sensibilizando os municípios, que eles precisam dar, além dos incentivos fiscais, outras medidas, em contrapartida. E quem saiu na frente, nessa história, foi a Prefeitura da Serra. A Prefeitura da Serra lançou, na sexta-feira, um pacote de medidas que muda parâmetros e índices do seu código de obras. Reduzindo o pé direito, para os Arquitetos que estão aqui, pé direito, vão de iluminação, especificação de habitabilidade, tudo isso para baratear. Eu não vou fazer 2,70m de teto, vou fazer 2,40m de pé direito, que dá para a pessoa viver confortavelmente e reduz o custo, reduz duas fiadas de blocos de cimento, duas fiadas de lajota. No caso da Serra, esse Projeto de Lei já está na Câmara. Se vocês observarem, todo mundo compra um imóvel com o pé direito 2,70m. Até nos apartamentos de luxo. Se você for nesses apartamentos, todos vão ter seus ambientes rebaixados no gesso. Para promover. E está todo mundo com o pé direito 2,30m, 2,35m. Além da meta audaciosa de um milhão de habitações, nós temos um outro grande desafio. Além dos terrenos, além de infraestrutura, além de agilidade e de incentivos fiscais, nós temos que observar que o Brasil talvez não tivesse estrutura industrial para atender a toda essa demanda. Eu aqui hoje também estou representando o presidente da Federação das Indústrias. Aí, vocês vão me perguntar: por que o Brasil não tem um parque industrial bem-montado? Tem. Mas se você dobrar a produção ou triplicar a produção, você pode ter carência de certos insumos. Vou dar um exemplo simples para vocês: quando o pacote de habitação foi lançado, prevendo aquecimento solar em todas as unidades verticais, a primeira coisa que se pensou: existe empresa no Brasil capaz de atender toda essa demanda? Aquecimento solar é uma coisa muito boa, relativamente nova, que não faz parte ainda da vida do brasileiro. Então, as indústrias existem vendendo aquela porção que eles identificaram. Se, de repente, tiver 500 mil unidades precisando disso, talvez não tenha indústria suficiente para fornecer. A Prefeitura de Vitória também já partiu com algumas iniciativas importantes. Sérgio faz parte dessa comissão, com os secretários municipais, com o Sinduscon, com três membros do Sinduscon e a Caixa Econômica Federal. Essa comissão vai trabalhar identificando áreas, áreas com potencial, necessidades, para poder dar ao Prefeito e à sua equipe condições de desenvolver esse programa. Nós, do setor produtivo, estamos muito entusiasmados, muito animados, muito motivados com esse programa. Todos nós já estamos com os nossos projetos na prateleira, retirando da prateleira, readequando alguns, para poder baratear, para trabalhar nessa faixa de três a 10 salários mínimos. De preferência, trabalhar nas faixas menores. Três, quatro, cinco salários mínimos, mas poderia ir até a 10. Estamos todos muito otimistas. E nós acreditamos que vai ser necessária a participação do poder público, doando terrenos e infraestrutura. Então, esse trabalho não depende só da gente. O Prefeito Sérgio Vidigal, não preciso nem falar porque ele já disse aqui, já está aprovando na Câmara uma Lei para desapropriação e compra de terrenos. Se

todos os municípios fizerem isso, se todos doarem terrenos... Nós conseguimos desenvolver um empreendimento muito interessante lá em Ibirapu, porque lá, houve, naquela ocasião, a vontade do Prefeito. Ele desapropriou área, fez terraplanagem, levou a infraestrutura e o projeto cuidou apenas da construção das casas. Conseguiu atender a população abaixo de três salários mínimos. Nós estamos com uma empreitada a ser desenvolvida agora, Dona Maria Clara, que é o seguinte: o Sinduscon e a Caixa Econômica estão programados para conversar com o Governo do Estado, com Paulo Ruy. Para fazer um grande seminário e tentar reunir todos os prefeitos municipais. Esse programa não se faz. Nós não podemos sentar num salão como esse, com 78 prefeitos, com seus secretários de Habitação, os seus secretários de Desenvolvimento Urbano, para quem tiver, fazer esse mesmo discurso e mostrar: 'Prefeito, está na hora'. Localizem as áreas e doem as áreas. O resto, nós saberemos fazer e os movimentos sociais saberão arregimentar a demanda. A Cohab está se preparando para dar consultoria. Assim, nós vamos conseguir de zero a três, lembrando que, de um milhão de habitações, 40% se destinam a essa faixa. Os outros 60%, para a faixa mais alta, mas já é um grande indicador. E se nós alcançarmos essa meta de 400 mil unidades, vamos comemorar juntos.

Maria Clara: Nós precisamos ter a baixa renda atendida, que foi o nosso pessoal que sempre foi tido como invasor, como fora-da-lei. Lá em Jabaeté, na região 5, eu tenho isso, até a universidade foi contra a gente, quando nós ocupamos aquelas áreas lá, não tinham um pé de ninguém, e o povo não tinha onde morar. Hoje é uma cidade. É lógico, evidente, quando falamos. O pessoal está lá, largado, sem água, sem esgoto. Isso é culpa de quem? Do poder público. Ficou 12 anos o Estatuto das Cidades nas gavetas dos deputados federais. Então, esses deputados, esses vereadores têm que dar conta de estar ajudando os municípios e promover a vida das pessoas. Nós não vamos ficar calados porque senão vai continuar a mesma insatisfação. 'São um povo fora-da-lei'. Nós não somos povo fora-da-lei não. Somos um povo que moramos no nosso Brasil, no nosso Estado, no nosso município, e precisamos ser atendidos... Porque é a gente que produz...

Aristóteles Passos: Só um depoimento para a senhora: a senhora está correta; a senhora falou em moradia digna. O projeto Moradia Digna é um projeto que está sendo tocado a quatro mãos, a senhora sabe disso, entre o setor produtivo e os movimentos sociais. Esse projeto está no Congresso, esse projeto acabou sendo atropelado por esse pacote, mas vamos avaliar o pacote como sendo um pacote bom e vamos continuar com as ações do projeto Moradia Digna.

Maria Clara: É isso que temos que estar reivindicando, seja no Ministério Público, em qualquer segmento. Outra coisa mais importante: há irregularidade nas organizações dos imóveis e a maioria das pessoas não fala. IPTU que não vem no nome das pessoas. Precisamos de direito de verdade, não para ficar só com essa mentirada não.

Aristóteles Passos: A minha participação está concluída. Eu agradeço a atenção de todos. ▲

A Operacionalização do Projeto Minha Casa, Minha Vida



Palestrante:

Carlos Guimarães

Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica

Mestre-de-cerimônias: Convidamos o presidente do Crea-ES, Engenheiro de Segurança do Trabalho Luiz Fiorotti, para entregar o diploma de participação aos nossos dois palestrantes, ao Eduardo Calhau e ao Aristóteles Passos.

Luis Fiorotti: Convidaria o nosso Deputado Estadual Paulo Roberto para fazer a entrega do nosso Aristóteles, e Dona Maria Clara para fazer a entrega ao Calhau. Vou entregar aqui ao nosso Paulo Roberto, pela participação no evento. Muito obrigado, Paulo. Esperamos que a lei seja levada a efeito.

Mestre-de-cerimônias: Dando continuidade ao nosso Simpósio de Arquitetura e Engenharia Social, Construindo Cidadania e Oportunidades, vamos dar início logo ao nosso segundo bloco de palestras. Nosso presidente já se encontra à mesa, o Engenheiro Luiz Fiorotti. Convidamos os nossos palestrantes. A primeira palestra é A Operacionalização do Projeto Minha Casa, Minha Vida. Convidamos o nosso palestrante, que é o Gerente Regional da Caixa Econômica, senhor Carlos Guimarães E convidamos também o Secretário municipal de Habitação da Prefeitura de Vitória, Sérgio de Sá Freitas, que falará sobre o Programa Habitar Vitória.

Luis Fiorotti: Seja muito bem-vindo, nosso Sérgio Sá. Sérgio era dirigente do Diretório Acadêmico de Engenharia da Universidade Federal do Espírito Santo. E o Carlos Guimarães, seja muito bem-vindo.

Carlos Guimarães: Bom, eu trouxe uma apresentação de slides, onde a gente procurou reunir as informações básicas a respeito do programa Minha Casa, Minha Vida. E, na seqüência. Eu vou falar aqui umas 15 telas. E, na seqüência, a gente vai ficar à disposição para responder algum questionamento. Bom, objetivos do programa Minha Casa, Minha Vida. O primeiro objetivo é o fomentar o acesso à moradia às populações de baixa renda. Já faz um bom tempo que o Brasil não tinha um programa com o foco direcionado para populações de mais baixa renda. Outro objetivo do programa é manter a política cíclica da construção civil, porque, no momento atual, no cenário de crise internacional, a expectativa é que a gente tivesse aí um desaquecimento do setor de construção civil e produção de moradia. E, em relação à política econômica, o programa prevê a geração de emprego e renda. O setor que mais emprega na economia é o da construção civil. Aumento do consumo dos materiais de construção, estimulando o setor e toda a cadeia produtiva da construção civil. Então, o programa não tem o objetivo somente de moradia, mas é um programa que tem o objetivo geral em relação à economia e em relação à política social do Governo. Bom, a meta, já foi falada aqui, é construir um milhão de moradias para as famílias com renda até 10 salários mínimos. R\$ 4.650, hoje. Para as famílias com renda até três salários mínimos, o programa traz um aumento substancial do subsídio para essa faixa de renda. Nós vimos trabalhando até então, com programas de baixa renda, com recursos do FGTS, dentro de uma Resolução conhecida no mercado como Resolução 460, que dava subsídios em valores muito baixos. A gente conseguiu fazer muita coisa, mas não o suficiente para atender a população de baixa renda. E o programa, então, aumenta muito, substancialmente, esse subsídio. Mais à frente eu vou mostrar os valores para vocês.

Para famílias com renda até seis salários mínimos, um aumento substancial também do subsídio de financiamento. E famílias com renda até 10 salários mínimos, estima a compra da moradia com redução de custos de juros e de seguro habitacional e a criação de uma figura nova no mercado de financiamento imobiliário, que é o Fundo Garantidor. Bom, a meta do programa equivale à redução de 14% do déficit atual brasileiro. Significa que a gente tem muito trabalho pela frente ainda. Para as famílias de zero a três salários mínimos, a meta é de a gente conseguir fazer 400 mil novas unidades. Famílias de três a seis salários mínimos, 400 mil unidades. E de seis a 10 salários mínimos, a gente fazer mais 200 mil unidades. Estudos estatísticos dão conta de que nessa faixa aqui, de zero a três salários mínimos, se encontre um percentual acima de 90% do déficit brasileiro. Então, a meta é mais forte nas camadas mais baixas do que nas camadas um pouco mais altas. Nós vamos ter a distribuição de recursos e de unidades por estados. O Ministério das Cidades vai fazer essa distribuição. E a gente leva em consideração o déficit habitacional, a participação do déficit habitacional de cada estado no déficit nacional. Então, a gente estima que aqui no Espírito Santo a nossa meta seria em torno de 16.400 unidades. Seriam os recursos que seriam destinados aqui, ao nosso estado. Se a gente consegue acelerar, em determinado estado, as contratações do programa, a gente tem condições de reivindicar, junto ao Governo, junto ao Ministério das Cidades, que recursos de estados que não estejam conseguindo aplicar sejam remanejados. Então, esse número, 16.400, dependendo da nossa performance, pode ser ampliado. Eu gostaria de frisar que os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida são do Governo federal, do OGU (Orçamento Geral da União) para quem ganha até três salários mínimos, e do FGTS para quem ganha de três a 10 salários mínimos. Uma inovação que a gente tem do programa é redução do prêmio de seguros das importações. O prêmio de seguros é uma parcela das importações que o cliente paga e serve para cobrir o saldo devedor dele em caso de morte ou invalidez permanente, e também para cobrir danos físicos no imóvel ocasionado por forças naturais. Sempre foi, assim, motivo de muita reclamação, o custo desses seguros. Então, no programa Minha Casa, Minha Vida, na verdade, esses seguros não existem mais. Eles foram tirados do Programa. Entrou o Fundo Garantidor, que vai fazer o papel do seguro. Então, não temos mais nesse programa a figura da seguradora e o pagamento de prêmio de seguros. Isso reduz, significativamente, o valor da prestação. Para habitação de interesse social, para quem ganha até três salários mínimos, subsídio total pelo Programa. De três a seis e de seis a 10 salários mínimos, temos subsídios e financiamentos. E hoje nós já temos pessoas comprando empreendimentos nas cidades que já se enquadram no programa, já recebendo esses benefícios, o Fundo Garantidor, e barateamento do seguro, conforme já falamos. Bom, ainda para quem ganha até três salários mínimos, o subsídio com o aporte da União é da ordem de R\$ 16 bilhões, subsídio direto do Governo Federal, direto do Orçamento da União. A Caixa Econômica vai adquirir, das empresas de construção civil, empreendimentos que têm uma especificação já predefinida. E, depois que esses empreendimentos estiverem prontos, vamos destiná-los às famílias com renda até três salários mínimos. Nós tivemos, no passado, o Programa de Arrendamento Residencial, o PAR, que funcionava desse jeito. Ao invés de a gente financiar a construtora para ela vender o empreendimento, na faixa de até três salários mínimos, nós estamos voltando com um programa, que não é o PAR, mas é parecido. Inicialmente, o programa veio para atender às capitais e regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, municípios com mais de 50 mil habitantes, com

alguma condição especial, que requeiram a implantação do Programa. Mas nós temos notícias de que está em andamento, no Governo, uma proposta de estender isso a todos os municípios. Como funciona o Programa? A União aloca os recursos por área e solicita a apresentação de projetos. Essa parte já foi realizada. O dinheiro já existe e já está nas mãos da Caixa. As construtoras apresentam projetos em parceria com estados, municípios e entidades, como cooperativas, movimentos sociais, ou de forma independente. A própria construtora, de forma independente, apresenta o projeto. É muito importante a gente ter parceria com estados e municípios, seja na cessão de áreas que a gente possa utilizar para implantar o Programa, ou seja na cessão de qualquer tipo de benefício como citado aqui o município de Serra. A Caixa analisa os projetos e contrata as obras. O programa é parecido com o antigo PAR. Feitos os empreendimentos, nós vamos chamar o estado e os municípios para que eles indiquem à Caixa as famílias a serem atendidas. Então, o município é que vai encaminhar à Caixa os nomes das famílias que vão ser atendidas para os empreendimentos. Os municípios devem levar em conta algum tipo de prioridade, como famílias que residem no município há mais de três anos, famílias que moram em áreas de risco, enfim... Cada município tem a liberdade de reunir seus critérios e criar seus critérios para indicação desses beneficiários à Caixa. As famílias vão pagar uma prestação correspondente a 10% da renda familiar, após a entrada no imóvel, pelo prazo de 10 anos. A prestação mínima é de R\$ 50, por mês. Então, uma família que ganha R\$ 800 por mês vai pagar, ao Programa, R\$ 80 de retorno, pela unidade que está recebendo, ou seja, 10%. Uma família que ganha menos de R\$ 500, R\$ 465,00, que é um salário mínimo hoje, pagaria, então, R\$ 50, que é o valor mínimo. E o programa vem com uma inovação: o registro do imóvel é em nome da mulher. A exemplo do que é o Bolsa Família, hoje, que é um programa do Governo, em que o cartão vem em nome da mulher, esse Programa também vem. Paulo está perguntando se o cadastro único do Bolsa Família é um pré-requisito. A Prefeitura poderá utilizar o cadastro único como pré-requisito, sim. É uma boa base de dados que mapeia as famílias necessitadas. Podem ser construídos empreendimentos de casas ou de prédios. Cada empreendimento com até 500 unidades por módulo segmentado em condomínio de 250 unidades. Se tem 500 unidades o empreendimento, ele terá dois condomínios de 250 unidades. A segmentação em 250 unidades o condomínio é de forma a facilitar depois a administração dos condomínios. A especificação padronizada, a tipologia um, que é a casa térrea, de 35 m², e a tipologia dois, que é o apartamento de até 42 m², esse tamanho de 35 e 42 porque isso foi amplamente discutido com os setores de construção civil e outras entidades do mercado para os valores propostos e para o atendimento mínimo de habitabilidade para as famílias. A casa de 35 pode ser ampliada, por isso que ela ficou num tamanho menor. O apartamento não tem como ampliar, então já se trabalhou com uma área um pouco maior, exatamente para atender de forma definitiva. Cada estado da Federação tem um valor de acordo com a sua peculiaridade. Aqui no Espírito Santo o Programa vai pagar, para a casa de até 35 m², até R\$ 39 mil, e para o apartamento de 42 m², R\$ 42 mil. Inicialmente, o Programa foi lançado e aqui no Espírito Santo atende Linhares, Colatina, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim. Nós estamos aguardando, então, a abertura que deve ser feita para atender a todos os municípios. Aqui, os municípios que têm mais de 100 mil habitantes, Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. Os outros fazem parte da Região Metropolitana, então são atendidos pelo critério de Região Metropolitana. Análise para a seleção da família que vai ocupar

o imóvel: nós só vamos fazer dois tipos de análise. A documentação pessoal dela e a comprovação da renda, formal ou informal. Coisas como cadastro, SPC, Serasa, cheque sem fundo, nada disso é observado pelo Programa. Então, se a pessoa estiver passando por algum momento de dificuldade e esteja com algum problema de cadastro, não é impedimento para que ela seja atendida pelo Programa. Quais são os custos incidentes dentro daqueles dois valores, de R\$ 39 mil e de R\$ 42 mil? O custo da edificação em si, a infraestrutura interna do empreendimento, equipamentos comunitários que possam ser inseridos no empreendimento, o terreno, o BDI sobre o custo de construção. O programa está trabalhando com o BDI de 15%. Impostos federais estão isentos para o Programa. Impostos municipais, se o município não isentar, como fez o município de Serra, eles poderão também entrar na planilha de custos. A Medida Provisória que criou o Programa está dando um desconto nas despesas cartorárias, para os empreendimentos do Programa, de até 90%. No programa anterior, quem tinha um salário mínimo recebia de subsídio até o máximo de R\$ 10.472. Passou, dentro do Programa, para R\$ 17 mil. Quem tinha renda de dois salários mínimos, recebia subsídio máximo de R\$ 7.743. Passou também para R\$ 17 mil. Três salários mínimos, R\$ 5.016, passou para R\$ 17 mil. Quatro salários mínimos, eram R\$ 2.200, passou para R\$ 10 mil. Nos municípios da Região Metropolitana, uma família que tenha até três salários mínimos e que vá até a Caixa hoje para comprar um empreendimento que já está sendo vendido no mercado, tem um cheque esperando ela, lá, de R\$ 17 mil. Esse dinheiro ele recebe, paga à construtora, paga à vendedora do imóvel, e não retorna, não precisa pagar ao sistema. Se a renda é até quatro salários mínimos, ele recebe R\$ 10 mil; cinco salários mínimos, R\$ 3 mil; seis salários mínimos, R\$ 2 mil. No interior, Colatina, Cachoeiro e Linhares, os valores são um pouquinho menores. Antigamente, os subsídios nessa região eram de R\$ 8.568, para quem ganha um salário mínimo. Passou para R\$ 13 mil. Dois salários mínimos, eram R\$ 6.336. Passou para R\$ 13 mil. Três salários mínimos, eram R\$ 3.104. Também R\$ 13 mil. Quatro salários mínimos, R\$ 1.800, passou para R\$ 6 mil. Cinco e seis salários mínimos, não tinha. Hoje, tem R\$ 2 mil. Então, esse é um dos incentivos, é um subsídio, e as famílias recebem para comprar o imóvel. A gente fez várias operações no Espírito Santo com movimento de agricultores, movimento de pequenos agricultores, fizemos com o pessoal do MST, vários assentamentos foram atendidos. Houve também um reescalamento das taxas de juros, aqui é um financiamento, na faixa de renda de três a cinco salários mínimos, o juro é 5% ao ano. Antigamente, essa taxa de juro valia para quem tinha renda até R\$ 1.875. Foi ampliada, no Programa, para quem tem R\$ 2.325. De cinco a seis salários mínimos, o juro é de 6% ao ano, mais a variação da TR. Essa taxa, anteriormente, era 8.16%. Ela caiu 2.16%. E, para as famílias de seis a 10 salários mínimos, a taxa ficou mantida em 8.16%. Aquelas famílias que são optantes pelo FGTS há mais de três anos, há pelo menos três anos, têm uma redução, nessas taxas, 0.5% ao ano. Então, aqui cairia para 4.5%, 5.5% e 7.66%. Nós temos trabalhadores que trabalham no regime celetista, nas empresas, e esses trabalhadores, se têm mais de três anos no FGTS, têm um redutor de 0,5% na taxa de juros. Funcionamento do programa: o FGTS aloca os recursos para os subsídios e, nessa faixa de três a 10 salários mínimos, os subsídios são de R\$ 12 bilhões, para aplicação em três anos. As construtoras apresentam os projetos, independentemente ou em parceria com o poder público, cooperativas, associações, sindicatos ou movimentos sociais. No momento, o que a gente tem lá na Caixa são muitos projetos apresentados de forma independente pelas empresas, que são empresas que produzem e vendem no

mercado normalmente. A Caixa analisa os projetos, analisa os financiamentos. Aprova o financiamento. Tanto a produção do empreendimento, nós podemos financiar a construtora, ou financiando já o adquirente da unidade na planta, já na fase de construção. O financiamento pode ter até de 100% da unidade que ele está comprando e o financiamento pode ser pago em até 30 anos. Quando é o financiamento para construtora produzir, nós aumentamos aqui a cota de financiamento, que era de 85% do custo da unidade, para 100%. O Programa prevê financiamento de 100%. Para o cliente, não há custo mais com o prêmio de seguro. Até que valor de imóvel as famílias que têm renda de três a 10 podem comprar? Na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, até R\$ 130 mil. Região Metropolitana de Vitória, R\$ 100 mil. E as cidades do interior, até R\$ 80 mil. Nós temos, nos município de Serra e Vila Velha, oferta, pelas construtoras que estão atuando nesse mercado, de unidades com valor de venda até R\$ 100 mil. E as pessoas que já estão adquirindo desde o dia 13 de abril já estão recebendo o subsídio e as vantagens do Programa Minha Casa, Minha Vida. Fundo Garantidor. Nós sempre tivemos um problema na Caixa e outros agentes financeiros, certamente. A família está pagando a prestação e, de repente, ele perde a renda, ele é desempregado. E não existia um mecanismo naquele período que ele está desempregado ou que ele teve a renda dele reduzida, de equacionar o pagamento das prestações. Então, foi criado o Fundo Garantidor, que garante o pagamento mensal do financiamento em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, seguindo a seguinte tabela: se é uma família que ganha até cinco salários mínimos, o fundo pode pagar até 36 prestações para ele. É o tempo suficiente para ele se recolocar no mercado, em caso de desemprego. Se a renda é de cinco a oito salários mínimos, até 24 prestações. E renda superior a 10 salários mínimos, o Fundo vai quitar até 12 prestações dele. Mas não é só isso. O Fundo Garantidor também quita o saldo devedor, em caso de morte ou invalidez permanente do titular da família, e as despesas de recuperação do imóvel, em caso de danos. Aqui, há substituição do seguro. O cliente não paga mais seguro e o Fundo Garantidor é que vai se responsabilizar por assumir a dívida dele, em caso de falecimento. Ele não deixa uma dívida para a família dele. Ele aciona o Fundo Garantidor, o Fundo Garantidor quita o imóvel e a Caixa entrega o imóvel ao inventariante dele. E, por fim, estamos atendendo também o ambiente rural, com o Programa de Habitação Rural. É um entendimento do Governo, do Programa, de que não adianta resolver problema de moradia só na cidade, porque temos muita gente no campo que acaba vindo para a cidade por falta de moradia. Então, tem o programa para atendimento a agricultores familiares, enquadrado no Programa de Agricultura Familiar, chamado Pronaf, organizados de forma associativa, entidades sem fins lucrativos ligadas ao meio rural. Cooperativas, associações, movimentos de agricultores... Isso aqui com recursos também do OGU. O público-alvo são as famílias de agricultores com renda familiar anual até o teto de R\$ 10 mil e tem abrangência nacional, todos os municípios do Brasil têm acesso. E nesse programa cada família tem um subsídio que pode chegar até R\$ 10 mil para a construção da sua unidade. Um programa, para construir um milhão de unidades, é, realmente, uma coisa de uma envergadura muito grande e a gente tem que fazer um esforço muito grande, interno, para que a gente possa levar a cabo esse desafio. Então, todos os processos de análise de empreendimentos da Caixa foram revistos. Existe um código chamado TEM, que é um manual técnico de engenharia, que tinha 254 exigências. Então, a Caixa eliminou em torno de 200 exigências nesse código, para que a gente possa dar celeridade nos processos. Temos uma reestruturação interna com

redistribuição de Engenheiros, Arquitetos, entre as unidades da Caixa, de forma que a gente possa dar maior celeridade ao andamento, aprovação e contratação dos projetos apresentados. Uma informação a respeito do método de avaliação das unidades, dos imóveis. A Caixa faz avaliação dos imóveis de acordo com a norma brasileira, a NBR 14.653. E, por fim, nós temos, tudo isso que eu passei aqui está numa cartilha e existe um simulador na internet, no site da Caixa, no endereço www.caixa.gov.br, a cartilha pode ser baixada para o computador local. E o simulador você coloca lá, ele é bastante interativo, aplicativo. Ele coloca os dados da família dele e obtém quanto é o resultado que ele pagaria na compra de um imóvel, no caso de cliente, a partir de três até 10 salários mínimos. Atendimento às empresas de construção civil: temos uma unidade, chamada sala de construção civil, que fica aqui no edifício Corporate Office, na Enseada do Suá, do lado do Palácio do Café. Os clientes interessados poderão procurar todas as agências da Caixa, que têm todas essas informações, e nós também prestamos informações pelo telefone 08007260101. Uma pergunta que a gente tem recebido com frequência e aí a gente tem dado entrevista das emissoras de rádio e televisão: quando é que vai abrir a inscrição? Por quê? Os noticiários, o Jornal Nacional tem mostrado filas quilométricas de algumas cidades, algumas capitais, de pessoas que estão fazendo a inscrição. Como eu disse aqui, a seleção das famílias que vão habitar os imóveis de renda de zero a três salários mínimos é uma atribuição das prefeituras. A prefeitura é que vai indicar para a Caixa. Então, fica a critério das prefeituras abrirem a inscrição. Algumas prefeituras já abriram. Aqui no Espírito Santo nós temos o caso da prefeitura de Vila Velha, que já abriu, que já tem lá o banco de dados dela. A prefeitura da Serra não abriu inscrição. O Prefeito Vidigal disse que já tem, dentro da prefeitura, um banco de 8 mil inscritos. Eles têm um programa permanente, lá, de inscrições, e que eles querem primeiro trabalhar lá esse banco. Vitória também não abriu inscrições, Vitória criou uma comissão. E a Caixa não faz inscrição. Não existe um processo de inscrição. E não precisa também ter correria. Por quê? A prefeitura que receber os empreendimentos vai adotar os critérios para fazer esse banco de habilitados, de forma que, às vezes quem chegou primeiro não tenha a necessidade de quem chegou por último. Quem chegou por último tem a necessidade muito maior, mora numa área de risco, tem a renda menor. E talvez seja atendido primeiro. Então, essa questão é tratada dessa forma. Se a Prefeitura abre inscrição, a pessoa faz, se não abre, a pessoa aguarda quando a gente tiver um processo desse, que vai ser amplamente divulgado pela Caixa, pela Prefeitura, pela imprensa. Muito obrigado a todos e eu estou à disposição. ▲

Programa Habitar Vitória, Uma Moradia Digna.



Palestrante:

Sérgio de Sá Freitas

Secretário Municipal de Habitação da Prefeitura de Vitória.

Mestre-de-cerimônias: Convidamos, então, para dar início à nossa última palestra, o Secretário municipal de Habitação da Prefeitura de Vitória, Sérgio de Sá Freitas, que estará falando sobre o programa Habitar Vitória, Uma Moradia Digna.

Sérgio de Sá: Nós todos que estamos no dia-a-dia costumamos dizer que o Secretário de Habitação, o Prefeito, para entender a realidade, têm que subir o morro, têm que entrar no barraco, conhecer o cidadão que convive com rato, com barata. Têm que ver aquela pessoa que é massacrada pelo aluguel, que paga R\$ 300, R\$ 400,00 por uma quitinete. Para, realmente, lutar e buscar todas as alternativas habitacionais. Realmente, é uma luta diária. A burocracia. Todos os obstáculos que nós passamos para garantir esse direito. E a nossa luta, além de produzir uma habitação de qualidade, deve ser uma luta de política habitacional não só como uma política de Governo, mas uma política de Estado. Uma política que possa ser perene. Uma política que possa garantir o combate a esse déficit habitacional, que todos nós sabemos que está focado naquela família mais carente. O poder público tem que batalhar e buscar produzir unidades habitacionais para aquela família que não ganha nada, que ganha um salário, que ganha dois salários, priorizar mãe chefe de família, priorizar o idoso, o deficiente. Temos que ter isso colocado em lei. Temos a PEC da Moradia, agora tramitando no Congresso Nacional, que vai definir o percentual do orçamento para habitação. Isso vai ser um salto de qualidade para a habitação no Brasil. E todos nós aqui, que militamos nessa política, temos que estar lá no Congresso, mandando e-mail, batalhando, para aprovar essa PEC que vai nos dar fôlego financeiro orçamentário para construir unidades habitacionais. Nós temos dois grandes programas habitacionais na prefeitura, no município de Vitória, o projeto Terra Mais Igual, que tem foco na urbanização de favelas, e nós temos o programa Habitar Vitória, que está focado em cinco grandes projetos. O Habitar Vitória, por dois anos consecutivos, ficou entre os 10 melhores projetos habitacionais do país. O Habitar Vitória, o foco, como eu já disse, famílias mais carentes, com prioridades definidas em lei, aprovamos nossa lei em 2006. Nós temos o nosso Fundo Municipal, temos o nosso Conselho, temos o nosso Plano Municipal de Habitação, que está sendo desenvolvido desde 2006, e foi agora concluído em 2008. E nós temos esse foco. Garantir moradia digna dentro da malha urbana, com foco, produzindo a moradia de qualidade, para aquelas famílias que realmente precisam. Nossos projetos têm tanto a parte de produção habitacional com a construção de casas, como a regularização fundiária, que tem que ser uma luta nossa. A Lei 6.766 está, há muitos anos, sendo discutida no Congresso, e nós não avançamos. Nós temos que batalhar para ter uma política de regularização fundiária efetiva, que reconheça situações consolidadas. Não adianta aplicar uma lei que pede um lote mínimo de 125 m². Nós temos lote em situações de periferia com 30, 40, 50 m². Então, nós temos que tirar uma foto daquela realidade e colocar em prática essa política de regularização fundiária com escrituras lavradas e registradas. Reconhecendo os instrumentos do Estatuto, mas com escrituras lavradas e registradas para garantir a esse cidadão a propriedade do seu imóvel. E a luta é extremamente complexa. Para vocês terem uma idéia, nós temos uma lei que garante a gratuidade para as famílias com renda de até cinco salários mínimos, e a grande maioria dos municípios do país não consegue que os cartórios repassem essas escrituras gratuitas. Graças a Deus, em Vitória, nós temos convênios tanto com cartório de notas quanto com registros. O Habitar Vitória está focado nesses cinco grandes projetos. O Vitória de Todas as Cores é o nosso projeto de

melhorias habitacionais. Para a minha satisfação, em São Paulo estão lançando agora o São Paulo de Cara Nova, e que apenas pinta por fora a casa, o que, na minha opinião, é um equívoco. Nós não temos que apenas pintar as casas por fora, para o cidadão que passa na via ver o morro bonitinho. Nós temos que acertar telhado, nós temos que construir banheiro, nós temos que acertar piso, e isso o Vitória de Todas as Cores faz para famílias com renda de até três salários mínimos. Nas periferias do município de Vitória, nós temos uma série de ações paralelas. O foco é envolver os jovens, para que esses jovens possam desenvolver oficinas junto com nossas artistas plásticas, para que eles pintem, aprendam a fazer grafite, mosaico. Possam, realmente, ocupar o tempo, às vezes, ocioso desse jovem. Temos uma ação muito forte para vencer. Lixo: as pessoas jogam muito lixo em encostas, e nós temos uma conscientização constante e temos, claro, que é o desafio de todo gestor municipal, que buscar com que esse empreiteiro, essa empresa contratada contrate mão-de-obra local. Não basta apenas o Prefeito, o Secretário, dar Ordem de Serviço, falar que vai contratar, nós temos que qualificar esse cidadão. Então, nós qualificamos, damos curso de pedreiro, pintor, eletricista, armador, para que essa empresa tenha condições de contratar esse cidadão ali, do bairro, daquela comunidade. Nós já temos aí 509 casas reformadas, 1.220 casas sendo reformadas nesse momento, e uma segunda etapa com três 3.933, atingindo 13 bairros de Vitória, totalizando 5.663 moradias atendidas pelo Vitória de Todas as Cores, que não cobra por esse serviço para famílias com renda de até três salários mínimos. Vou mostrar para vocês o 'antes' e o 'depois', uma casa que é característica da periferia, das grandes cidades, até de cidades menores, uma casa aí, só na lajota. A lajota gera um problema de desconforto térmico, para o cidadão, muito grande. Quando chove, a lajota absorve água. A grande maioria desses telhados tem problema de infiltração. As pessoas não têm dinheiro para consertar e a gente entra com essa intervenção. O cidadão escolhe a cor, a Prefeitura executa e repassa para esse cidadão essa melhoria habitacional, sem custo. Toda política habitacional séria tem que ter um 'pré', tem que ter um 'durante', tem que ter um 'depois'. Não adianta entregar uma unidade habitacional e não ter acompanhamento. Metade da nossa Secretaria é composta por assistentes sociais, para vocês verem a importância do trabalho social dentro de uma política habitacional. Isso não é, por incrível que pareça, uma preocupação da grande maioria dos municípios. Nós temos um bellissimo projeto, um dos projetos mais premiados do Brasil, que é o Favela Bairro, e ele não leva muito em consideração o trabalho social. Terreno Legal, nosso projeto de regularização fundiária: estamos já com mais de mil escrituras lavradas e registradas, entregues de forma gratuita, às famílias com renda de até três salários mínimos. Temos um horizonte para mais de 3 mil famílias, chegando a algo em torno de 4.047 terrenos regularizados dentro do município de Vitória. Vitória já fez a discussão do seu PDM, tem as suas leis, tem suas áreas que são foco para a nossa regularização fundiária. Nós somos referência no país, em regularização de terrenos de marinha, que é uma característica daqui de Vitória, nós fazemos toda a transferência de domínio útil, devidamente registrado para as famílias que moram, na sua grande maioria, na periferia de Vitória. Qualquer projeto de regularização fundiária segue uma receita de bolo. Você faz lá o levantamento topográfico, depois sócioeconômicos, estudo urbanístico, e passa por um processo de titulação, sempre envolvendo as lideranças, porque é um desafio da regularização fundiária mostrar a importância da escritura. É diferente da casa. A casa, a pessoa, de pronto, sonha. Realmente, um sonho bastante real, das pessoas que querem ter sua casinha e querem sair do

barraco. Mas a escritura, às vezes, as pessoas não vêem a importância, só quando vão vender um imóvel e não conseguem pegar um empréstimo ou quando querem tirar um dinheirinho para reformar sua casa. Nós temos a região de São Pedro, que foi ocupada, por famílias carentes de Vitória, que, há muitos anos, moram ali. Ergueram com sacrifício suas casas e não têm seu documento. A gente costuma dizer que a entrega da escritura é um divisor de águas. Houve uma catástrofe no Morro do Macaco, em 1984. Famílias foram deslocadas para Feu Rosa. Nós chegamos na Prefeitura de Vitória, tinha só uma listinha, com mais nada. Aí, nós, então, começamos a desenvolver esse projeto e hoje 90% das famílias já receberam as escrituras ali em Feu Rosa. Bom, Vitória tem uma característica, acho que todos sabem da escassez de áreas. E nós temos um maciço central com uma situação de moradores em risco, hoje nossa prioridade. Moradores que moram em risco geológico. Então, o projeto Morar sem Risco tem um foco. Famílias que estiverem em risco e que a prefeitura de Vitória não tenha condições de construir sua casa. Antes que essa situação coloque a vida desse cidadão em risco, a gente coloca, disponibiliza para essa família um benefício transitório chamado Bolsa Moradia. Então, nós temos a construção de um reassentamento, que vai levar um ano, e há comprovação de que aquela família não pode esperar um ano. A gente disponibiliza um benefício de até um salário mínimo para que essa pessoa saia dessa casa, alugando o imóvel onde ela definir, com a garantia de que ela irá para essa casa depois. Então, o objetivo desse projeto é resguardar o direito à vida. Nós temos 331 famílias nesse projeto, recebendo o Bolsa Moradia. E uma outra alternativa, que nós estamos, ainda, em fase de implantação, para a realidade de Vitória é extremamente importante, é uma iniciativa de Manaus, que é a carta de crédito, que vai oferecer um recurso para esse cidadão comprar uma casa dentro do território do Espírito Santo, sempre oferecendo as duas alternativas, ou a casa ou essa carta de crédito, para que ele, se for o desejo dele, adquira ou inicie a aquisição de uma casa em um outro município. Sempre oferecendo também uma casa em Vitória, porque nós sabemos que não podemos incorrer naquele equívoco da década de 80 e antes, em que você isolava o cidadão, colocava-o em grandes conjuntos habitacionais. Bom, o Morar no Centro é outro grande desafio, esse projeto é pioneiro no país. É a utilização de prédios antigos em grandes centros que sofrem um processo de esvaziamento. Comprando esses prédios vazios ou subutilizados e reformando, disponibilizando para famílias carentes do município. Ali, no Morar no Centro nós estamos nos Estoril, Pouso Real e Tabajara, reformando esses três prédios, disponibilizando 94 unidades para as famílias que já foram selecionadas e estão sendo acompanhadas pela nossa equipe social. Então, o projeto tem esse foco. Projeto Moradia, o nosso projeto de construção de unidades habitacionais e de reconstrução. O que é que é isso? A construção. Nós temos uma divisão. Vamos dizer assim... residenciais. Empreendimentos até 100 unidades. Nós damos o nome de residenciais e priorizamos as famílias do bairro. E empreendimentos acima de 100 unidades, nós abrimos para o município de Vitória, como um todo. E a reconstrução, que é aquela casa ali embaixo, é a substituição do barraco de madeira, por uma casa de alvenaria. Nós temos ali em São Pedro uma situação bastante complexa, porque ali na fase de urbanização de São Pedro a orientação é que o cidadão que morava em palafita reconstruísse a sua casa de madeira. Então, nós temos barraco de 10, 15, 20 anos e que, realmente, está numa situação muito ruim, muito precária. A gente briga por uma moradia digna, telha cerâmica, piso cerâmica, forro de PVC, área de serviço interna. Até saboneteira e chuveiro nós estamos colocando nos banheirinhos, para garantir uma

moradia em que o cidadão entre e possa ali habitar com dignidade. Bom, projeto Moradia tem esse foco, construir casas dentro da malha urbana. Todos já sabem, os 90% do déficit está concentrado de zero a três. Nosso foco direto é aquela família que não ganha nada ou um, dois, no máximo três salários mínimos. Para a nossa satisfação, agora, a regra do Minha Casa... É igual à nossa... Que nós definimos em lei, em 2006, até 10% da renda. O nosso pagamento mínimo aqui é menor, é de R\$ 10, porque as famílias aqui, a grande maioria, ganha R\$ 100, R\$ 200, R\$ 300. Então, paga R\$ 20, R\$ 30. A gente cobra uma parceria com o IPTU e a gente tem uma cobrança com o custo baixo. Nós trabalhamos com tipologia unifamiliar e multifamiliar, casa e predinho. Hoje nós temos 370 casas já entregues, 267 em execução e 641 por iniciar. Nós temos aí condições de, em 12 anos... Não, em 15 anos, zerar o déficit habitacional de Vitória. Então, é essa a nossa luta, e é isso que a gente está realmente batalhando para viabilizar. Apresentamos esse projeto com varandinha, prédio, apartamento popular com varanda... A gente entende que tem que ter varanda, tem que ter conforto... Tem que ter qualidade para essas famílias. Obrigado pela atenção. ▲

PLENÁRIA

Luis Fiorotti: Está aberta a Plenária. Aqueles que quiserem se manifestar, fiquem à vontade. Já temos a inscrição do Ricardo Vereza, depois José Márcio, depois Dona Maria Clara.

Ricardo Vereza: As apresentações dos programas foram claras. Eu parabenizo pelas iniciativas. Qual é a Prefeitura que tem um banco de terrenos? Qual o valor que a gente poderia ter de indicativo de terreno, de incidência de terreno, para que a gente possa estar acelerando ou já pressionando as imobiliárias na redução de custo de terrenos para que a gente possa viabilizar o maior número de unidades? Porque a gente sabe que vai ser muito difícil uma Prefeitura disponibilizar terreno com infraestrutura. É uma coisa rara. Então, para encurtar, se já tem esses números para a gente poder avançar e até negociar... porque já estão dizendo que os preços de terrenos que estão no mercado em Cariacica vai inviabilizar construir de zero a três. A gente queria um posicionamento da Caixa, do Sinduscon. Não sei se o Estado tem algum estudo.

Luis Fiorotti: Obrigado, Ricardo. Na sequência, José Márcio Martins.

José Márcio Martins: Boa tarde a todos. Eu gostaria de fazer só um comentário rápido e ver essa visão do que vou comentar do Secretário Municipal de Habitação, da Caixa. Habitação no Brasil é um pau torto com que a gente convive, talvez, há 500 anos. Quando Dom João veio aqui para o Brasil havia um déficit habitacional no Rio de Janeiro, e várias famílias tiveram que ser desabrigadas para a família real poder se abrigar. Então, historicamente, a habitação nesse país sempre foi dramática. Infelizmente, o povo não tem criatividade para construir. A autoconstrução brasileira é muito ruim, muito ruim. Eu digo que taba indígena tem mais conforto ambiental do que um barraco. Abre uma janela de cômodos de permanência prolongada para o sol da tarde, numa cidade quente como a nossa. Eu parabenizo a Prefeitura de Vitória... Várias ações consertando pau torto. O pau nasce torto, vai lá e conserta o pau torto... Mas será que, estrategicamente, é isso que a sociedade brasileira quer? Deixar construir o pau torto e, lá na frente, consertar o pau torto? Os municípios deveriam ter escritórios de engenharia e arquitetura, levando serviços técnicos antes mesmo de o cidadão construir. Vitória tem um território pequeno e a pressão de ocupação do território da nossa capital é muito menor do que as cidades da Grande Vitória. Hoje, de cada cinco cidadãos metropolitanos, um só é que mora em Vitória. Quatro moram nos seus arredores. Amplos territórios têm uma demanda do cidadão que tem um lote e quer construir. E esse cidadão que tem um lote e quer construir não cabe muito num Programa como esse... Um milhão de casas... Ou não cabe em benfeitorias. Ele tem um terreno, tem uma renda baixa e quer construir. O que é que o município tem para que o pau não fique torto? Para que aquela edificação, desde o primeiro tijolo que vai sentar, já nasça correta? Então, a primeira colocação. Acho que os municípios tinham que ter escritórios técnicos para prestar assistência técnica na construção nova e nas reformas e ampliações. Outra coisa: e aí seria para Caixa o mesmo raciocínio, Presidente. Está indo para os três palestrantes. O Governo Federal vai construir um milhão de casas. Casa tem manutenção, tem ampliação, tem reforma, a família cresce... Vai ter assistência técnica na ampliação e na reforma ou o pau torto vai nascer de novo? A casa começa bacana, vem a reforma e a ampliação e o pau torto de novo. Então, eu acho importante os órgãos que fazem política

na área de habitação focar muito bem nessa questão do escritório de arquitetura e de engenharia para prestar esse serviço técnico, quando necessário, na construção nova e nas ampliações e reformas. Essa é minha sugestão.

Luis Fiorotti: Muito obrigado, José Márcio. Dona Maria Clara, por favor.

Maria Clara: Bom, minha primeira fala, eu queria dizer para o Serginho. Parabéns, Serginho, que é um começo de tudo aquilo que a gente sonha. Nosso sonho é aquilo o que você apresentou ali, com mais qualificação ainda. Só queria deixar uma falinha par você: nunca fala ‘casinha’. Fala ‘casa’. O tamanho do desejo que o cidadão quiser, se ela é pequena ou se ela é grande, mas ela é casa. Casa. Sei lá, um símbolo muito pequeno, muito esquisito para a gente. A maioria das terras, a gente sabe, que a maioria das terras está no poder do Estado ou no poder da União. As terras que não são da União ou que não são do Estado, nós precisamos fazer um exercício, para isso nós temos Senador, nós temos Deputado, Vereador, nós temos essas pessoas que fazem a Lei. Não é possível que, para exercer o processo social, as terras não podem ser mais baratas porque ninguém é dono de terra, a terra é de Deus e de todos os homens que precisam pisar nela, que precisam utilizar. Então, precisa ter um homem com coragem para dizer assim: essa terra vai servir para isso. São famílias que vão obter a sua casa ou vão fazer o seu plantio em cima dessa terra. Chama a gente de invasor, mas quem foram invasores? Foram eles... Que vieram aqui invadir as terras dos índios e dizer que, agora, um punhadinho de gente é dono das terras. Implica que o Governo não pode fazer uma ação social. Implica que a Prefeitura não pode fazer uma ação social. Nós precisamos. O Governo tem que dispor das terras dele para fazer esse trabalho. A União tem que dispor das terras dela para fazer esse trabalho. Porque se a União não dispuser da terra dela, se o Estado não dispuser da terra dele, se os filhos precisam habitar, vão habitar de qualquer jeito. Vão habitar de qualquer jeito, porque sempre disseram que o povo, que nada tem, é quem faz as coisas, que não está corretamente dentro da lei, é um fora-da-lei. Nós não queremos ser fora-da-lei, por isso que somos Movimento, mas estamos cobrando isso. Eu não sou nada contra os empresários, eu quero é mais que eles trabalhem muito, porque, na realidade, eles botam trabalho na mão dos outros. Eles mesmos só coordenam. Não é isso? Então, eu quero muito que eles venham fazer o trabalho, mas não explorar os trabalhadores. Queremos moradia digna, porque dinheiro tem, porque a gente produz. A gente é consumidor, a gente é trabalhador. Muito obrigada.

Luis Fiorotti: Muito obrigado, Dona Maria. Agora a senhora Maria da Silva.

Maria da Silva (Dica): Eu nasci na periferia, na miséria mesmo, com dificuldade. A minha mãe era catadora de papel e o que sobrava ela trazia para ajudar 13 irmãos. Meu salário é um salário mínimo, mas ele me rende uma tonelada, porque foi ganho e trabalhado com muita dignidade e eu faço ele valer muito. Quando eu cheguei em Jacaraípe, eu comecei a amar esse lugar, pelas dificuldades que eu encontrei. Fui voluntária comunitária, fui secretária, tesoureira, presidente... Hoje faço parte do Conselho de Segurança, de Alimentação, Conselho de Segurança Pública. O que adianta termos lá um terreno e não termos a titularidade dos

nossos imóveis? Que ninguém lá possui... IPTU vem em nome de outra pessoa. Pessoas que moram há 15 anos, 18 anos, que têm seus filhos e adquiriu os seus móveis e que não tem condição de usufruir. Então, a minha preocupação é com a regularização dos imóveis, porque existem já habitações que foram fornecidas pela Prefeitura e não são documentadas também. Então, eu acho que tem necessidade de começar na base, porque assim vai dar uma qualidade de vida para todos. Obrigada.

Luis Fiorotti: Muito obrigado, Dona Dica. Nós encerramos aqui no Rosilvo, depois eu passo à Mesa. Muito obrigado.

Rosilvo: Boa tarde a todos. Quero parabenizar o Crea, por essa iniciativa de estar convocando os movimentos sociais, o poder público, e com um evento dessa natureza, dessa envergadura. A Prefeitura de Vila Velha poderia estar aqui, ela que abriu na frente, no Brasil inteiro, uma inscrição com mais de não sei quantas mil pessoas, quatro dias as pessoas dormindo na chuva, amanhecendo, sem necessidade, fazendo um cadastro para ter sua casa própria. Resta saber se essas pessoas vão ser contempladas de verdade. Então, essa é uma colocação crítica que eu vejo dentro do município de Vila Velha e que nem o Movimento foi chamado para a gente ser ouvido nesse momento. Se tivesse o Conselho, Dona Maria Clara, a gente não estava suportando essa situação por parte do poder público municipal de Vila Velha. Eu fiz uma brincadeira com casa de anão... Não sei se isso se adapta bem para a realidade da classe média baixa, mas uma casa com pé direito com 2,40 m... Se fizer um rebaixamento... Fica com 2,20 m. Ninguém entra numa casa dessa. O padrão, mesmo, a gente sabe que é 2,80 m. Tem mais, tem pessoas construindo até com 3 m. Mas eu vejo um disparate aí meio diferenciado com relação à prestação porque não adequa todo, a um valor de 10%. Foi o caso da nossa cooperativa em Jabaeté, tem pessoas que ainda estão pagando, que estão em inadimplência, mas estão quitando seus débitos ainda, com valor adequado com o valor proporcionado para ele no contrato de 10% da renda familiar. Outra questão é a casa de 35 m². Eu pergunto à Caixa quem foi que modelou, de onde veio esse projeto de 35m². O próprio Governo Lula foi no Ceará e criticou a casa com 35 m², que era casa de pombo. E o Governo Federal faz a proposta aqui de 35 m² para casa e 42 m² para apartamento. E outra pergunta é a seguinte: quem adquiriu o seu lote na cooperativa do Jabaeté dentro daquela transferência porque só poderia ser contemplada uma casa, quem ganhava até três salários mínimos. Muitas pessoas que conseguiram, que adquiriram o lote pela Cohab e depois, houve uma transferência, ele pagou o lote à Cohab. Ele pode fazer esse empréstimo na Caixa para construir ou se a Caixa através da cooperativa pode construir com o projeto? Porque ele comprou de um cooperado que ganhava acima de três salários mínimos, mas ele comprou sua venda... Acumulou suas finanças, e comprou o terreno. Ele pode estar adquirindo, com o dinheiro da Caixa, para construir por conta própria ou existe um programa na Caixa que ele possa contrair esse empréstimo?

Luis Fiorotti: Muito obrigado. Começaria com o nosso Sérgio, Secretário de Habitação do município de Vitória, Sérgio de Sá Freitas.

Sérgio de Sá: Vou só fazer um comentário em cima da fala do José Márcio. Esse é um desafio, viabilizarmos a construção assistida. Realmente, a família que constrói, que bate a laje no sábado e no domingo, ela não se preocupa, ela não tem informação em relação à

circulação, à iluminação, e outros quesitos que nós profissionais da área temos. Então, nós vamos estar na Câmara Municipal, hoje, às 17h30, discutindo o projeto, uma discussão em nível nacional. Projeto de Engenharia e Arquitetura Social... Nós temos uma Lei Federal que já garante assistência técnica ao cidadão, temos uma Lei Municipal. Eu entendo que não há, na minha opinião, possibilidade de colocar essa demanda de profissionais apenas para o poder público municipal. Tem que haver uma parceria aí com o Crea, IAB, faculdades, Ufes, no caso. Existe um PL do Deputado federal Enéas que era muito interessante, que ele vinculava o Engenheiro e o Arquiteto formado nas universidades federais a trabalhar dois anos em prol do cidadão, fazendo os projetos, acompanhando obra... Esse PL não foi à frente. Enfim, temos profissionais... Para o nosso projeto, nossa política habitacional de Vitória, já há o desejo de instalar esses escritórios avançados, com Engenheiros, Arquitetos, para dar assistência técnica. Eu, realmente, acho que nós temos que sentar e discutir o melhor modelo para, realmente, viabilizar isso. Questão do lote: nós somos constantemente demandados... 'Ah, eu não tenho barraco, mas eu tenho um lote.' Como é que eu viabilizo a construção dessa unidade? Nós temos que buscar o melhor caminho possível para construir essas unidades. Para Dona Maria Clara: 'casinha' é uma forma carinhosa de tratar, mas eu assimilo... Porque, assim, uma coisa que eu sou totalmente contra, a nomenclatura, é 'invasão'. A pessoa não invade, ela ocupa irregularmente, porque ela foi obrigada pelo sistema, enfim. Mas 'casinha' eu acho que é uma forma carinhosa. Em São Paulo, foi muito falado isso. Mas eu aprendo com as pessoas que têm muito mais experiência do que eu, e vou levar para o meu futuro essa sua orientação. Agradeço. A Dica: A regularização fundiária tem duas grandes vertentes: as áreas públicas e as áreas privadas. As áreas públicas do Governo Federal, do Estadual, do Municipal... Tem que haver uma pressão para que haja uma cessão do Governo Federal, uma doação por parte do Governo Estadual e o poder público municipal também poder atuar nas suas áreas. Um exemplo, aqui no município de Vitória, temos uma área muito grande chamada Fazenda Maruípe, que é uma área do Estado. Boa parte já foi doada para o município e o município está entregando as escrituras para as famílias dentro dessa área. Então, nos municípios, realmente, junto com as comunidades, nós temos que estar lá, pressionando, pedindo demandando, que o Governo Federal faça essa cessão, que o Governo Estadual doe e que o município entre com todas as ações necessárias para a regularização fundiária, principalmente nas áreas consolidadas com famílias mais carentes. E, no caso de área privada, temos o usucapião, que a Prefeitura de Vitória agora está tentando exercitar também.

Luis Fiorotti: Muito obrigado, Sérgio.

Eduardo Calhau: Bem, aqui a pergunta do Provedel. Qual a relação do Plano Nacional de Habitação, o sistema nacional de habitação de interesse social e qual a possibilidade de ser incluído no Plano Estadual de Habitação a compra de terreno com saneamento básico. Acho que o Provedel colocou aqui o principal foco da questão da habitação, que é a infraestrutura. E o que foi colocado também pelo José Márcio também. A questão do pau torto é a falta de área urbanizada. Esse é que é o grande problema, porque o povo brasileiro tem uma capacidade de construção muito grande, de autoconstrução, e falta, realmente, essa oportunidade de disponibilizar terreno com infraestrutura. Na realidade, elas não ocupam, áreas, assim, de terrenos bons, então vão para áreas

de preservação permanente, áreas de risco, porque ninguém iria incomodá-las nessas áreas, e ali ocupam porque tem que morar em algum lugar. Todo mundo precisa morar, então, vão construir exatamente nas piores áreas. Então, a questão da urbanização acho que é o ponto-chave aí do problema habitacional a médio e longo prazos. Nós podemos fazer um convênio com esse município, do mesmo jeito que a gente fez convênio para fazer pavimentação. Podemos fazer para urbanização, fazer o parcelamento do solo. Se for uma área rural, estender o perímetro urbano, aprovar o projeto de urbanização e loteamento, aprovar nos órgãos ambientais, a própria prefeitura... Pronto, aí a gente já pode começar a construir ali. Então, esse passo inicial tem que ser dado. A maioria dos municípios terá dificuldade em conseguir viabilizar terreno. Nós temos uma demanda estimada. Tirando os municípios maiores da Região Metropolitana. Em torno de 1.500 casas. O poder público local tem que ter iniciativa. Vamos estar apoiando o poder municipal nessas iniciativas. Disponibilizar terreno com infraestrutura. Depois, se for na área da Cesan, a Cesan vai ser parceira na colocação de água e esgoto. A Escelsa, para baixa renda, coloca energia elétrica. O ponto inicial vai estar sempre na Prefeitura mesmo, identificando a área e tomando a iniciativa de iniciar um projeto de urbanização.

Luis Fiorotti: Muito obrigado, Calhau.

Aristóteles Passos: Nós não temos a composição de custos fechada, de modo a permitir uma avaliação do que vai ser terreno, do que vai ser infraestrutura, do que vai ser construção. A Caixa vai se manifestar, mas até mesmo dentro da Caixa isso não está muito claro. Vai depender muito da nossa capacidade de pesquisar terrenos, encontrando os terrenos avaliar preços, fazer a conta de trás para a frente. Se eu posso fazer uma habitação de R\$ 42 mil, vou tirar o que eu posso para fazer para a construção e o que é que sobra para terreno. E aí eu vou procurar um terreno nessa faixa de preço. Isso ainda está um pouco difuso, para não dizer confuso. Um outro aspecto que eu queria colocar, é sobre a questão da casa pombo, a casa de pombo... Na verdade, o que estamos entendendo é que o Governo Federal, quando estabeleceu esse tamanho dessa unidade residencial, estabeleceu um parâmetro que se encaixa na realidade nossa. Você vai comprar um material na casa de material de construção, você vê quanto é que custa cimento, quanto é que custa o aço, o aço que subiu muito nos últimos anos, estamos esperando que caia o preço... Os insumos foram inflacionados, nesses últimos anos, pelo aquecimento. É possível que haja uma redução de preço, mas, de qualquer forma, não existe milagre. Para atender à necessidade do Governo Federal, de contemplar a baixíssima renda, ele teve que chegar a um número que era um número que atendesse essa demanda. E concluiu que 35 m² é o tamanho da casa, porque casa sempre cabe uma ampliação futura, e apartamento é 42 m², porque entendeu que é o mínimo que dá condições de habitabilidade. Ah, como é que se mora em 42 m²? É o tamanho da sala de alguns apartamentos nobres da região nobre. É verdade. Mas é habitação digna. É habitação pequena, não é uma casinha. É um lar. É uma moradia digna, com infraestrutura, com esgotamento sanitário, com energia, com serviços públicos. Com o tempo, com distribuição de renda, com geração de riquezas, talvez a gente possa melhorar a condição de vida dessa população. Obrigado.

Luis Fiorotti: Obrigado, Aristóteles. Passo a palavra agora para o nosso Guimarães, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal.

Carlos Guimarães: Bom, em relação ao questionamento do Ricardo, como colocou Aristóteles, a Caixa não quis orçar. A Caixa está preocupada em orçar o valor que custa a unidade e divulgar isso no mercado e centrar assim: bom, se sobrou só esse valor para o lote, é impossível fazer. Então, a gente está querendo realmente deixar que o mercado se manifeste e que faça os cálculos. Os valores quando foram definidos pelos técnicos que criaram o Programa, eles já levaram em conta que cabe à unidade dentro dos 35 mil m², a casa, cabe o apartamento dentro dos 42 m², e sobra um pedaço para o terreno. Aí tem a parte que envolve a gestão de obra, que são valores que podem ser reduzidos. Você fazer uma obra com prazo menor ou prazo maior interfere nos custos. Com relação ao José Márcio, sobre a assistência técnica nas ampliações das unidades. A nossa experiência... Quando você faz um conjunto habitacional de casas, duas semanas depois que você entrega você passa lá e você já vê uma série de intervenções atrás do imóvel, na frente, uma puxadinha aqui... E porque as pessoas que precisam de mais áreas querem ampliar o imóvel. Então, vão lá, fazem num processo autoconstrutivo, com toda a dificuldade que a população de baixa renda tem. Nos contratos que a gente assina com quem financia um imóvel com a Caixa, tem lá a cláusula que diz que qualquer intervenção que ele venha a fazer no imóvel ele tem que requerer as licenças necessárias. Então, o ideal é aquilo que você colocou que a gente tivesse um programa de assistência técnica. Mas o dinheiro que a gente tem, que a gente coloca, é basicamente para produzir a moradia inicial. Dona Maria Clara, a questão do nome da mulher, entende-se, assim como foi o programa Bolsa Família, que a mulher é mais segura na questão da responsabilidade da família dela e tal, mas, se tem uma família que não tem mulher, e nós temos muitas por aí que a mulher já faleceu e que é o marido que cuida das crianças, ele vai ser atendido pelo programa e a casa vai ficar no nome dele. Isso aí não tem problema nenhum. Rosildo, muito que você colocou até eu, particularmente, como cidadão, estou de acordo com você. Agora, as definições da taxa de arrendamento: há uma definição do Governo que esse dinheiro volte um pouquinho para que você possa fazer mais unidades depois. Os técnicos entendem que, se você fizer a unidade, e dê, totalmente gratuita, a pessoa não valoriza como deveria valorizar. Então, que ele contribua um pouquinho lá e esse pouquinho foi definido então em 10%. Poderia dar uma casa de 45 m², de 50 m². Mas, para fazer um milhão de moradias, com o dinheiro que o Governo conseguiu... Porque não foi fácil conseguir. A gente sabe que o Governo tem que batalhar para conseguir trazer dinheiro para um lado ou para o outro, porque têm as forças políticas que querem de um lado, outras querem de outro... Uns querem na educação, outros querem na saúde... Então, o que ele conseguiu trazer para a moradia, deu para, assim, dividindo para um milhão de pessoas, deu para a gente fazer a casa em 35 m². E com relação ao projeto de Jabaeté, você perguntou se é possível a gente fazer alguma coisa lá dentro do programa. É possível, sim. Já fizemos aquela reunião lá em Jabaeté. As 320 casas iniciais enquadrámos no programa do FGTS, entrou subsídio do FGTS, através da parceria com a Cohab. Estão aqui a Helena e o pessoal da Cohab. Todos os financiamentos da Caixa, a pessoa sai com a escritura na mão, na hora. Quando não tem escritura, mas também tem como atender, como atendemos ao MST, naquelas configurações que a gente faz de forma coletiva. Muito obrigado a todos. ▲

ENCERRAMENTO



Luis Fiorotti: Então, muito obrigado. Queremos agradecer sinceramente aos movimentos sociais organizados, sindical e popular presentes, autoridades que aqui estiveram e que ainda se mantêm, as nossas prefeituras, tanto aqui da Grande Vitória quanto do interior, aos nossos colaboradores, parcela ainda da nossa diretoria, aos dirigentes aqui da nossa Cohab, Ricardo Vereza, nosso Secretário de Cariacica. Provedel, lá da prefeitura de Santa Teresa. Hoje já tem o Presidente das Amunes, lá no seu município. Nosso Prefeito municipal, Gilson Amaro, parabéns pela sua eleição. Parabéns. Com certeza, vamos nos programar para estar celebrando convênios como celebramos com o município de Serra. Município de Santa Teresa, Cariacica, municípios que quiserem participar desse importante convênio... Agradecer à Júlia Deptulski, que é esposa do nosso Prefeito Leonardo Deptulski, Engenheiro também, nosso grande companheiro. Agradecer à Mesa, nosso Aristóteles Passos, do Sinduscon-ES. O nosso Carlos Guimarães, da nossa Caixa Econômica Federal, nosso Calhau, Subsecretário de Estado, e o nosso Sérgio, Vereador de Vitória, Engenheiro Civil e também Secretário de Habitação do nosso município de Vitória. Portanto, estão todos de parabéns. E conclamo-os a estarem junto conosco nessa marcha rumo à cidadania plena na construção de um milhão de casas no nosso Brasil, como firmado pelo Presidente Lula. A nossa revista Tópicos, último número, trouxe como matéria de capa, mostrando o exemplo de Serra, município de Serra, aqui dizendo que 'Lei ataca déficit de oito milhões de moradias e amplia mercado para profissionais do Crea', e matéria de centro, aqui 'Lei Federal quer reduzir déficit habitacional, garantir moradias seguras e evitar tragédias'. Portanto, os nossos profissionais estão de parabéns, o movimento social está de parabéns. Quero assegurar que essa Lei 11.188 não é uma história recente, essa história vem de muito tempo, desde a instituição da Lei 10.257/92 e outras leis que vieram no decorrer dessa caminhada lá atrás. O Crea, desde o início da minha gestão, da gestão coletiva, a partir de 2006, projeto coletivo, amplo, nós fizemos questão de ampliar esse debate junto aos movimentos sociais organizados, tanto empresarial, popular, e também o sindical, para que chegássemos, enfim, na construção coletiva desse Primeiro Simpósio de Arquitetura e Engenharia Pública, Construindo Cidadania e Oportunidades.

Muito obrigado.

Realização

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES)

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Ivan Alves

Decupagem de Áudio

Jornalista Cristina Moura

Edição

TKCOM Comunicação Ltda.

Diretoria do Crea-ES

Presidente

Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti

1º Mandato: 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008

2º Mandato: 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011

1º vice-presidente

Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz

2º vice-presidente

Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques

1º diretor-administrativo

Eng. Civil João Carlos Meneses

2º diretor-administrativo

Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner

1º diretor-financeiro

Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini

2ª diretor-financeiro

Arquiteto Douglas Cerqueira Gonçalves

Câmaras

Engenharia Civil

Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira

Engenharia Agrônômica

Eng. Agrônomo Valter José Matielo

Arquitetura

Arquiteto e Urbanista André Luiz de Souza

Engenharia Industrial

Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio

Engenharia Elétrica

Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri

Engenharia de Segurança do Trabalho

Eng. Civil e de Seg. do Trab. Eliezer Cristino de Oliveira



CREA-ES

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO